Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 23 de abril de 2019

Ata N.º 17

No dia vinte e três de abril de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2018;

PONTO TRÊS – Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo; Procº: E-6408/2016; Local: Pinhal Novo.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;

- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Roberto José Lopes Cortegano.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;

- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Vereadora Palmira Maria Santinhos Hortense.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Colin Michael Mateus Marques do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Roberto José Lopes Cortegano** que se encontra presente.
- **Sr. Nidberto Patuleia Paiva da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontra presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas,** secretário do executivo.
- **Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro do PS,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. Roberto José Lopes Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP e Sr. Luis Manuel Paciência Pato da CDU** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

<u>Período Intervenção dos Munícipes</u>

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos de imediato dar início ao nosso programa de trabalhos, começamos pelo período dedicado ao público que é o espaço em que podem intervir os nossos munícipes.

Se houver intervenções, eu pedia só que se dirigissem ao microfone ,que se identificasse, neste caso, e que dissesse então qual é a questão que aqui traz à Assembleia, se faz favor."

A **Sra. Rute Carromeu:**

"Boa noite, eu chamo-me Rute e estou aqui na qualidade de mãe e de encarregado de educação de uma criança e também, enquanto, desculpem, eu nestas situações não me sinto à vontade …"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Esteja à vontade."

A **Sra. Rute Carromeu:**

"… e também enquanto representante da turma do meu filho, que frequenta o Jardim de Infância de Lagameças.

Já anteriormente estabelecemos um contacto com a Câmara pelo assunto que me traz aqui hoje, mas pela falta de não virmos a nossa situação resolvida então vim cá novamente, hoje, tentar mais uma vez fazer alguma coisa pela Instituição. O Jardim de Infância de Lagameças, e vou falar na componente de apoio à família, tem apenas duas auxiliares neste momento a prestar cuidados a cerca de quarenta e cinco crianças. É um grupo heterogéneo com idades compreendidas entre os três e os seis anos, neste momento ainda estão crianças a fazer a integração à escolinha que é uma altura difícil para as crianças e que exige muita necessidade e muito cuidado por parte das funcionárias, há crianças que usam fralda e aí há outra necessidade a ser colmatada e, neste momento, há apenas duas auxiliares no período compreendido entre as dezasseis horas e as dezoito e trinta horas. Durante esse período elas têm que dar lanche às crianças, têm que prestar todos os cuidados necessários às crianças, têm de organizar os grupos que vão para as atividades de apoio à família, para a ginástica ou para a expressão dramática, ou para outras atividades dos outros dias. Também têm que fazer a entrega das crianças e duas funcionárias se houver alguma situação em que alguma criança se magoou ou que é necessário mudar uma fralda fica uma auxiliar apenas com o grupo inteiro e a outra auxiliar tem que prestar apoio à outra criança.

Já aconteceu os pais irem buscar os filhos à escola e não haver uma funcionária disponível para ir abrir a porta, porque isto é uma escola enorme, é grande, tendo em conta outras escolas do município, eu sei que o município é grande e que vocês têm muitas escolas para colmatar iguais necessidades que eu acredito que não seja uma realidade única, mas eu estou aqui para falar da realidade que eu conheço e que é uma situação que nos causa alguma insegurança. Nós confiamos imenso no trabalho daquelas pessoas que fazem tudo para manter os nossos filhos em segurança e fazem tudo pelas necessidades, para nos facilitar, e nós estamos aqui, eu e outras mães, para tentar fazer alguma coisa também por elas, tal como elas fazem todos os dias por nós e elas todos os dias têm um sorriso para nos dar, uma palavra de conforto, e nós também queremos fazer isso por elas e é por isso que eu estou aqui hoje. Já não estou a pedir, já vos estou quase a apelar porque já se vê um cansaço extremo nos olhos daquelas pessoas, porque se fosse isto um ou dois dias as coisas até se levavam, mas tem sido assim duas funcionárias apenas durante quase todo o ano letivo, já aconteceu uma funcionária adoecer e nesse dia termos que ir buscar os nossos filhos mais cedo, eu tive sair do meu trabalho para ir buscar o meu filho mais cedo, porque elas não tinham condições para ficar com as crianças até mais tarde. Hoje começou o terceiro período deste ano letivo e recebemos a notícia que infelizmente a educadora, por acaso da sala do meu filho, adoeceu e está internada por um tempo indeterminado, teve um acidente de viação e não se sabe quando é que ela irá regressar, e acaba por ser outra falta, outra lacuna, a colmatar e eu acabo por tentar aqui fazer o meu papel enquanto mãe e aproveito para dizer que temos ali boas funcionárias, que têm amor à camisola e que tanto fazem pelos nossos filhos que eu estou grata por tudo aquilo que elas fazem por nós.

Obrigada."

A **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:57 horas.

A **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:57 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada pela sua participação e pela questão que aqui nos traz, já vamos, com certeza, ouvir as explicações que podem ser dadas pela Câmara Municipal, pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vereador.

Pergunto se há mais alguma questão a ser colocada neste período antes da ordem do dia, período dedicado à intervenção dos Srs. Munícipes?

As senhoras que estão presentes são mães, é isso, e a questão é a mesma. Bem então não havendo outras intervenções, pergunto ao Sr. Presidente ou ao Sr. Vereador, como o Sr. Presidente achar melhor, que informações é que nos podem adiantar sobre a questão aqui trazida, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Vereadores, saudações às nossas munícipes que hoje aqui trouxeram uma questão muito pertinente, trabalhadoras/trabalhadores do município, cordiais saudações.

A questão aqui trazida é uma questão que tem merecido a atenção do município, mas eu gostaria de começar por lembrar que não estamos propriamente numa situação em que se possa dizer que há falta de pessoal auxiliar para cumprir os rácios legais. Neste momento o rácio indica uma auxiliar por sala, mas nós considerando as características do equipamento e a idade das crianças e esse prolongamento, temos procurado com a direção do agrupamento que, assim, como às vezes pessoal que é do município também faz reforço no 1º ciclo, que é competência do Agrupamento e do Ministério da Educação possa, por vezes, dar ali algum apoio, mas, de facto, quer na rede de funcionários municipais quer aqueles que são do Ministério da Educação, por via do agrupamento tem havido muitas questões relacionadas com baixas por doença que não têm permitido fazer esse reforço nem que fosse parcial em metade do dia com mais um funcionário.

Esclarecido este aspeto, nós estamos sensíveis para o problema porque conhecemos o equipamento, sabemos o trabalho que lá é feito, é um trabalho de excelência quer as auxiliares que lá estão, quer a educadora, e que as características do equipamento pode justificar mais um funcionário, mas esta não é uma situação que nós consigamos resolver de um momento para o outro, esclareço que nós temos a decorrer um procedimento concursal ao qual foram opositores cento e sessenta e tal candidatos, tem sido um processo muito longo com provas, com entrevistas, o método de seleção tem estes *timings* obrigatórios. Sei que houve até recursos da lista de classificação, nós estimávamos que podíamos entrar em maio já com pessoal colocado, mas pelo andar da carruagem com os prazos legais das reclamações, das respostas, etc., seguramente já só vamos ter pessoal no final do ano letivo. Até lá o recurso a outros trabalhadores, nomeadamente dos chamados contratos de emprego/inserção, não é uma prática que o município procure e recorre apenas em situações de emergência, até porque temos um concurso aberto, mas não obstante também solicitámos ao centro de emprego que sinalizasse algumas pessoas que tivessem condições, currículo, o mínimo de prática, de conhecimentos e de perfil para lidar com as crianças para podermos dar essa oportunidade a essas pessoas transitoriamente até termos o reforço do recrutamento que temos em curso para as nossas escolas e para aquilo que é da responsabilidade do município que, por ora, é apenas os jardins-de-infância.

Estamos empenhados, estamos em contacto permanente com a escola, o Sr. Vereador disse-me que já falou neste assunto com a direção da escola a ver se é possível, porque é uma rede, apesar dos jardim-de-infância serem municipais e os do 1º ciclo, nós trabalhamos em conjunto dentro do mesmo agrupamento mas estamos a ver que isto não aconteceu, a questão de o concurso não aconteceu os timings que devia ter acontecido, mas por razões que nós não conseguimos controlar porque não só era muita gente a concorrer como estas questões dos recursos, quem recorre da nota que teve ou porque…, houve aí uma situação já não sei se foi neste concurso, o Sr. Vereador que tem os recursos humanos dizia-me há dias que uma pessoa se queixou porque o carteiro entregou a carta na casa de um vizinho e fez prova disso e com a reclamação pára o concurso todo, mas estamos empenhados em ter esse reforço o mais breve possível nem que seja com recurso ao CEI - Contrato de Emprego/Inserção é o que lhe posso dizer neste momento e está identificado e agradeço a sua questão, mas não temos aqui uma situação que lhe possa garantir que na

próxima semana até lá uma pessoa, não lhe consigo dizer isso mas estamos a trabalhar numa possibilidade mais no mais curto prazo de tempo possível."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada também pela questão aqui trazida pelas mães de Lagameças e se não houver outras questões, passamos à frente."

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Continuando no período antes da ordem do dia, e ainda antes de dar a palavra aos Srs. Membros da Assembleia, recordar que temos entregues na Mesa para abordar nesta fase seis saudações, moções.

São globalmente sobre os mesmos temas, isto é sobre o 25 de Abril e o 1º de Maio e há uma outra de natureza diferente especificamente sobre a luta de trabalhadores no nosso concelho.

Eu vou dar a palavra por ordem de entrada, neste caso vou dar a palavra ao Partido Socialista para apresentação da sua Saudação ao 25 de Abril.

Quem tem a palavra? Sr. Membro da Assembleia Rui Lourenço, por favor."

Saudação PS "Ao 25 de Abril"

Tomou a palavra o **Sr. Rui Lourenço** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Saudação que o Partido Socialista apresenta sobre o 25 de Abril.

Alguma questão?

Não havendo votamos."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, dois do MIM e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então continuamos, embora de acordo com a ordem a palavra próxima fosse igualmente do PS eu vou intercalar e vou dar a palavra neste caso à CDU para apresentação da sua Saudação sobre, neste caso, um tema diferente e que é o tema da luta dos trabalhadores. Desculpem, vamos lá a ver, a ordem diria que era o PS novamente com o Dia do Trabalhador, nós costumamos intercalar e portanto teria a palavra a CDU, a CDU apresentaria a sua Saudação sobre a luta dos trabalhadores, mas eu acho que devemos continuar com o tema do 25 de Abril e, portanto, convidava a CDU para apresentar a sua Moção sobre o 25 de Abril e 1º de Maio, pode ser?"

Moção CDU "45º Aniversário da Revolução de Abril e do 1º de Maio, dia do Trabalhador em Liberdade"

Tomou a palavra o **Sr. Joaquim Pires** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre esta Moção está aberta a discussão.

Dou a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos, muito obrigada Sra. Presidente. Quero-lhe apresentar os meus comprimentos, bem como aos restantes membros dessa prestigiada Mesa, apresento os meus comprimentos ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos caros colegas da Assembleia, aos técnicos da Câmara hoje aqui em exercício, ao público presente e à comunicação social também presente.

Falar do 25 de Abril, esta é uma Moção a outra era uma Saudação, para mim é sempre muito emotivo e até me deixa arrepiado e permitam-me que vos conte um segredo. Eu muitas vezes sonho duma forma egoísta que o 25 de Abril foi feito só para mim e sonho muitas vezes isso porquê? Porque quando se deu o 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, era um jovem de dezoito anos, já trabalhava há alguns anos e estudava à noite, era trabalhador estudante, vivia por acidente geográfico em Lisboa que foi onde tudo aconteceu, o resto do país teve oportunidade de ver pela televisão que só havia um canal e pela rádio as notícias e souberam da boa nova da mudança do regime, e eu naquela manhã quando me levantei para ir trabalhar para a Soponata – Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, às oito da manhã, vi que estava tudo fechado, estavam escolas fechadas, estavam as empresas e havia uma revolução e uma mudança do regime que era a notícia que nós estávamos a ter. Então eu e mais outros colegas de trabalho dirigimo-nos para o Castelo São Jorge porque podíamos ver Lisboa da parte baixa que era onde estavam os chaimites e toda aquela envolvência, via-se bem o Terreiro do Paço, e eu, naquela altura, senti-me o dono de Lisboa e a acompanhar uma revolução, eu era um jovem com uma grande intensidade, vivi tudo intensamente, era um vulcão e ali vi onde é eu que poder-me-ia dirigir e então dirigi-me com os meus colegas para o Terreiro do Paço, onde estava a acontecer o que todos vós sabeis. Depois dali saímos para o Carmo, depois do Carmo eu apercebi-me que aquilo ia demorar muito tempo e que o outro nunca mais saía de lá (Marcelo Caetano) e então fui para um sítio que se fala pouco e que foi muito importante em Lisboa, que foi o assalto ao edifício da Legião Portuguesa, dos chamados bufos. Eram quatro da tarde, ainda não era bem quatro da tarde, vinha um chaimite enorme, o dobro daquele que está ali no Pinhal Novo, a subir a Calçada dos Poços Mouros, da Morais Soares até à Penha de França onde eram edifício, a gente atrás até que quase queríamos empurrar o chaimite e quando chegou cá a cima, porque eles não saíam lá de dentro não sabíamos quem é

que lá estava, era preciso apontar o chaimite e então teve que se desviar à mão alguns carros que estavam ali estacionados, não eram muitos, não é como hoje, e o chaimite apontou e ao fim de uma hora vimos sair centenas de bufos da Legião Portuguesa com as mãos na cabeça e estava mais do que aquilo que nós pudéssemos imaginar, porquê? Porque na rua António Maria Cardoso, onde era a PIDE, havia lá meia dúzia deles e só quem os desconhecia é quem tinha sido preso, ali não, ali era os vizinhos, eram aqueles indivíduos, sobretudo era só homens, que estavam nos cafés, que eram vizinhos das nossas casas, eu até morava ali perto de Penha de França, morava em Santa Engrácia, eles fugiram todos para ali porque eram conhecidos pelos próprios vizinhos, era diferente dos Pides que só conheciam quem era preso, eles denunciavam nos cafés, denunciavam na vizinhança os vizinhos e depois que era o que nós chamávamos bufos comunicavam a Pide para ir prender os seus vizinhos, os seus amigos, e não sei quê.

Depois à noite tive o privilégio de ir para a Avenida da Liberdade acompanhar o Movimento das Forças Armadas já em vitória com alguns nos telhados e para mim, naquela altura, eu percebi uma coisa e por isso é que sonho muitas vezes e julgo que o 25 de Abril é só meu. é que eu estava quase a fazer dezanove anos e ia para a tropa, ia à inspeção e ia de certeza absoluta para a guerra colonial que eu não queria e sabia que não queria, também porque me ia estragar a vida, porque eu perdi o meu pai novo e ajudava no sustento da família, os meus irmãos eram um pouco mais novos e era importante o dinheiro que eu ganhava, e eu ia estar três anos na tropa de borla sem ganhar dinheiro.

Aquele dia, para mim, foi uma coisa do outro mundo e depois tive mais privilégios, tive o privilégio de pertencer a um sindicato que era o Metalúrgicos e Afins que era o maior sindicato do país e para quem é desse tempo lembra-se que nos ordenados antes do 25 de Abril vinha o desconto para a quota do sindicato, e isto faz confusão aos mais novos como é que antes do 25 de Abril isso acontecia, a gente até podia nem nunca ter ido ao sindicato mas na folha de ordenado vinha a quota do sindicato, mas eu não participava no sindicato dos metalúrgicos, e tive oportunidade de fazer parte da organização do 1º de Maio ali em poucos dias e naqueles dias, naquela semana, organizou-se uma manifestação do 1º de Maio que envolveu uma mole de gente que ia desde a Praça da Figueira, percorria a Almirante Reis, a Alameda até ao Estádio 1º de Maio, mais de duzentas mil pessoas, que era muito difícil porque não é como agora, não havia autocarros a levar pessoas de fora de Lisboa para lá, não ia ninguém para lá, as próprias pessoas algumas tinham medo de sair de casa, não era tudo de esquerda, e medo da revolução e não havia, nem se imaginava que viesse a haver, as redes sociais como há hoje para se mobilizar pessoas, mas mobilizou-se uma mole de pessoas até ao Estádio 1º de Maio. Ainda tive outro privilégio, como eu jogava à bola e tinha jogado algumas vezes no Estádio 1º de Maio, pelo INATEL, deram-me o privilégio de eu poder participar na construção do palanque onde falava, entre muita outra gente, o Dr. Álvaro Cunhal, que eu tinha ido com outras pessoas receber ao aeroporto, e o Dr. Mário Soares, que tinha ido receber a Santa Apolónia e, portanto, fiz parte da construção daquele palanque e da segurança daquelas pessoas que ali estavam.

Falar no 25 de Abril é quando eu estou a sonhar e ainda hoje penso que o 25 de Abril foi feito para mim, mas quando acordo eu começo a meditar, e o que é que eu medito? Duas situações diferentes, uma é onde é que o 25 de Abril não aconteceu, e a outra é um onde é que o 25 de Abril aconteceu mas há coisas a mudar. Primeiro exemplo: O 25 de Abril aconteceu na sociedade civil, aconteceu na vida militar, aconteceu na vida das polícias, mas não aconteceu na justiça e há muita gente que sabe isso mas não tem coragem de falar, não houve o 25 de Abril na justiça. Alguns de vocês podem pensar assim: "mas ele está a dizer aquilo que lhe apetece dizer", não. Para vocês terem uma ideia ainda há pouco mais de uma dúzia de anos, nós tínhamos em Portugal, não foi muito mais de uma dúzia de anos, juízes nas várias instâncias a julgar que eram juízes antes do 25 de Abril que julgaram presos políticos sem culpa formada e os mandaram para a prisão e ainda hoje temos filhos, sobrinhos e até alguns netos de juízes desses que têm a mesma convicção ideológica e que continuam a julgar. É evidente que isto mudou ao longo dos anos, tem vindo a mudar com a massificação do ensino muita gente, dantes era só os filhos dos juízes, os sobrinhos e pouco mais é que chegavam a juízes, há muito mais gente que tem possibilidade de chegar a Juiz e também com o CEJ – Centro de Estudos Judiciários que foi criado na antiga prisão das mulheres em Lisboa, que era as Mónicas, em São Vicente para quem conhece Lisboa, e o CEJ foi muito importante que é onde se formam os juízes e também há muito mais mulheres, há cerca de cinquenta e oito por cento de mulheres a julgar, também mudaram o sistema judicial em Portugal e estão a mudar. A gente vê quando fala com advogados conceituados do nosso país que eles próprios o dizem "a gente quando leva um cliente a tribunal e lhe é

sorteado um juiz a gente diz logo olhe você vai ter que recorrer porque este pensa desta maneira ou vai dizer, não, não, não vai ser preciso recorrer porque este de certa forma, ideologicamente, pensa como nós".

Para terminar, o ponto de onde não chegou o 25 de Abril, à justiça não chegou o 25 de Abril, eu já tenho uma idade em que posso dizer estas coisas, digo o que quero, o que me apetece, onde quero e da forma como me dá mais gozo e, portanto, posso-o dizer.

A outra vertente é aquela onde chegou o 25 de Abril, foi muito importante como no Poder Local um dos três pilares da nossa democracia. O Poder Local, há muita gente que diz isto, não se consegue medir mas tem uma importância na ordem dos setenta por cento do desenvolvimento que o nosso país teve. Eu tive oportunidade de ser autarca em Lisboa logo a seguir ao 25 de Abril, em setenta e cinco, na freguesia de Santa Engrácia e vi o que foi o desenvolvimento, mas aqui no interior para vocês terem uma ideia no 25 de Abril no Poceirão não havia luz, o meu avô já era dos que tinha uma arca, em vez de ter a salgadeira, mas a arca trabalhava com bateria de carro. Por exemplo, Poceirão, o que veio a ser o Poceirão, não havia alcatrão, o único alcatrão que havia foi o que fizeram ali dentro da localidade junto à linha do comboio, aquela quinhentos e trinta e três do Poceirão à Lagoa do Calvo e da Lagoa do Calvo ao Poceirão aquilo era terra batida cheio de lama, eu lembro-me do Marcelo Caetano vir visitar a escola da Asseiceira, que ainda era na sede, e quando chegou ali à Lagoa do Calvo estava ali uma centena de pessoas à espera ele saiu do carro sujou os pés na lama, porque tinha estado a chover, e ficou muito admirado de não haver ali alcatrão por um lado nenhum, beijou as crianças que isso é parte daquela que todos os políticos fazem, eu por acaso tinha quinze anos e tinha uma criança ao colo que é hoje a Elisabete Jacinto, que corre nos camiões e nas motorizadas, e ele disse-me: "não metas a menina no chão porque ela suja-se", ele tinha consciência que aquilo era lama por todo o lado e então o 25 de Abril no Poder Local foi importantíssimo, mas há coisas a corrigir.

Para terminar Sra. Presidente, para não demorar muito tempo, vou dar um exemplo daquilo que nós temos que corrigir. Olhemos para esta Assembleia, nós estamos sempre a dizer é preciso dar voz ao interior, é preciso nós descentralizarmos, é preciso fazer a regionalização, mas depois quando é na hora da verdade a gente esquece isso porque vejamos esta Assembleia. Temos vinte e sete Membros eleitos nesta Assembleia, fora os Presidentes de Junta, nós temos cinco freguesias, duas freguesias são do interior do nosso concelho, o Poceirão e a Marateca, que representam dois terços do concelho de Palmela e a Freguesia do Poceirão é a quarta freguesia em densidade populacional do nosso concelho, quantas pessoas estão aqui que moram no Poceirão eleitas? Estou eu, está ali hoje o Luis Pato a substituir um camarada, está a Rute Trindade, que não tem vindo, tem sido substituída, quem é que está mais aqui eleito que more no Poceirão dos vinte e sete? E na Marateca, quantos estão? A Sra. Secretária nasceu na Marateca, não sei se mora na Marateca, mas quantos moram na Marateca? E quando nós vamos pelo país fora, eu conheço o país como a palma das minhas mãos, conheço os trezentos e oito concelhos do continente e das ilhas, no interior, que é a maior parte dos trezentos e oito concelhos, nós vamos lá ver e o que verificamos é o seguinte os autarcas da Câmara e os autarcas da Assembleia são todos das sedes de freguesia do concelho, as centrais, ou do meio urbano porque quando a gente vai para o interior dessas freguesias é o Presidente da Junta e, às vezes, nem esse lá mora, e no dia em que a comunicação social ou algum jornalista se dê ao trabalho de ir verificar isso pelo país e torne isso público acreditem que vai ser uma bomba para nos envergonhar a todos.

Termino Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia, não o interrompi como todos puderam observar, apesar do tempo longo, porque acho que o tema o justifica e já lhe digo um bocadinho mais porquê.

Há outro pedido de intervenção, Sra. Membro da Assembleia Maria Luísa Paulino tem a palavra."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Boa noite a todos, cumprimento todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente, respetivamente, extensiva a todos os que estão na sala a comunicação social, órgãos da Câmara e técnicos.

Queria dizer três ou quatro coisas porque, de certa forma, esta matéria até me sensibiliza e pegando nas palavras aqui do colega do PS eu queria fazer aqui uma breve menção. Eu não tive idade para participar no 25 de Abril, mas assisti, assisti enquanto miúda e assisti enquanto vivência particular de casa. Sou filha de um pai que pertenceu aos grémios, portanto, contra o regime, ainda tenho essas atas em casa guardadas religiosamente, sou filha de um pai que foi perseguido, vivamente, e escapou várias vezes à prisão inclusivamente todas estas matérias eram muito sofridas lá em casa no sentido em que tinham medo, a minha mãe tinha medo que me fizessem mal a mim, porque o meu pai estava envolvido contra aquele regime. Isto no sentido em que quando rebentou o 25 de Abril, eu ia para a escola e de repente tive que voltar para trás porque, efetivamente, aquilo rebentou e eu já não fui.

Mas comparativamente, aliás, tive o privilégio de viver numa família que até tinha algumas condições e nunca passámos dificuldades absolutamente nenhumas, pelo contrário, era uma família até com alguma solidez, mas vivendo com alguma fartura percebo perfeitamente que o percurso que se fez em quarenta e cinco anos foi um percurso positivo, independentemente de haver ainda muita coisa para fazer em termos, talvez, de direitos sociais que são fundamentais numa sociedade e em termos da Justiça daí eu também pedir a intervenção para pegar no sentido em que o colega levou o discurso dele é, de facto, que a justiça realmente não é justa. Infelizmente os magistrados e todos os órgãos que julgam na minha experiência, que ainda não é muita, as sentenças normalmente são fundamentadas ou são construídas inversamente. A maior parte dos juízes tem uma convicção plena antes das coisas acontecerem, têm o veredicto e agora arranjam o fundamento. Isto muitas das vezes acontece muitas injustiças, já vi muita coisa do género ser absolvido, um culpado e era culpado, ele era meu cliente e foi absolvido e um inocente ser culpado, porque efetivamente houve ali um pré-conceito muito grande por parte da magistratura e do juiz.

Resumindo isto tudo, acho que o 25 de Abril foi realmente fundamental porque ninguém poderia continuar a viver nas condições em que a maior parte da população portuguesa vivia. Fez-se um percurso bom em quarenta anos, mas ainda há mais coisas a fazer e é nesse sentido que todos nós devemos lutar um bocadinho cada um de nós para fundamentarmos e para melhorarmos algo tão importante como as condições sociais, talvez eu seja muito sensível mas as condições sociais de todos nós é tão importante quanto o ar que se respira porque se não houver condições para que as pessoas tenham um sistema de saúde pleno, um sistema de desemprego pleno, um sistema de participação ativa em tudo aquilo que lhes é útil, temos ainda um caminho muito escasso e vê-se aqui nas Assembleias, Sra. Presidente, nós estamos aqui e a participação é quase nula, as pessoas não estão envolvidas, talvez haja um caminho, não sei como fazer, mas suscitar o interesse da população a participar nas sessões camarárias, a participar nas assembleias e esse era um contributo muito grande para que uma Câmara e uma Assembleia consiga fazer da parte dela uma maior justiça social.

É tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Pergunto se há mais alguma intervenção no âmbito desta discussão, que recordo tem por base a moção da CDU.

Dou a palavra à Sra. Membro da Assembleia, Teresa Marta do PSD/CDS por favor."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigada Sra. Presidente e permita-me cumprimentar, em seu nome, todos os presentes.

Eu peço apenas em relação a esta Moção apresentada pela CDU um esclarecimento em relação ao ponto um das deliberações, por favor, porque isso vai determinar o meu sentido de voto desta Moção, em que se diz o seguinte: *"Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português".*

Eu tenho duas dúvidas, e são honestas, atenção, em primeiro lugar, como é que a CDU propõe no concreto estimular esta luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, porque não é referido como é que essa luta poderá ser feita e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português perguntar se esta rutura significa a saída da CDU da coligação com o Governo, porque, no fundo, esta rutura fica aqui um bocadinho indefinida, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Uma questão concreta para a CDU, pergunto à CDU se quer usar da palavra para responder?

Tem a palavra Sr. Membro da Assembleia Domingos Rodrigues, por favor."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, através da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes.

Eu creio, estava com uma certa atenção à nossa Moção nas intervenções que foram feitas e claro as intervenções que foram feitas eu respeito-as, perfeitamente, com alguns considerandos que possa eu ter opiniões que foram feitas, por experiência própria, antes e depois do 25 de Abril, mas subscrevo as intervenções mas estava a estranhar que, de facto, ninguém tocava na nossa Moção e era a base daquilo que nós estamos aqui a fazer, mas creio que percebi perfeitamente que a nossa Moção está no espírito das intervenções que foram feitas.

A última intervenção que foi feita, sinceramente, a intervenção que foi feita não tem pés, nem cabeça, é balofa, é falta de conhecimento, se calhar até vou mais longe é uma falta de saber o que é e o que foi o 25 de Abril, o que é a luta dos povos antes, agora e a continuidade de 25 de Abril, porque o 25 de Abril não acaba e isto não é referente ao anterior é a experiência do anterior, mas aquilo que nós pensamos, e aliás já foi posta assim aqui e que eu ponho também com muita força, a necessidade de continuar na luta e no desenvolvimento pelos princípios do 25 de Abril, e isto é que é importante. Isto para dizer que, de facto, a Moção e no parágrafo que foi posto, não tenho resposta para ela porque penso que não merece resposta e mantemos como está, porque ela é muito clara.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora, muito boa noite a todos. Na pessoa da Sra. Presidente, e através da mesma, cumprimento todos os presentes de todas as bancadas e a este momento jornalistas e funcionários da Câmara Municipal uma vez que já não há público.

Efetivamente, na minha opinião, os portugueses, muitos deles, e isso digo muitas vezes às pessoas quando me fazem reclamações para aqui trazer à Assembleia, são lutadores de sofá, gostam mais de ficar no sofá do que vir às Assembleias, mas, talvez, porque nalguns assuntos também não sejam motivados. Eu acho que muitas vezes repetimos, e repetimos, todos os anos as mesmas coisas e são princípios que defendemos, não tem mal isto é politica.

Em todo o caso também a diferença de opiniões, e as perguntas, eu aqui em nome da bancada tenho a dizer ao ilustre Líder da Bancada da CDU, que não vejo a intervenção da Teresa Marta despiciente da pergunta. Que o senhor não queira responder está na sua liberdade. Efetivamente a exigência desta rutura

pode ser vista a vários níveis, rutura com a Europa conforme a CDU defendeu em determinado período da sua vida ou neste caso o PCP tem mais diretamente, rutura com o regime, rutura social, esta rutura no nosso entendimento e para votamos favoravelmente uma Moção destas quero aqui dizer que eu tinha catorze anos quando foi o 25 de Abril e não participei porque estava nas aulas o que quer dizer que ainda sou um bocadinho mais nova do que alguns dos intervenientes. Em todo o caso deste muito cedo, tive atividade partidária e quando, há bocado, na Moção do PS se falava numa fumaça eu até me lembrei do Pinheiro de Azevedo a dizer *"é só fumaça"*.

Não votaremos favoravelmente esta Moção, consideramos que as mudanças após 25 de Abril devem ser tranquilas com luta se for possível, se for preciso na rua com manifestações, com sindicatos, somos favoráveis a tudo isso, mas contra a violência. Ainda ontem numa reunião da Juventude, quando tivemos uma reunião mais restrita, eu dizia que mesmo as lutas ambientais para mim não se fazem a atirar para o chão e a ser arrastados pela rua, fazem-se com trabalho concreto, e é isso que nos traz aqui a esta Assembleia Municipal. E de acordo com esse trabalho concreto e não estando concretizada esta forma de rutura e de exigência, por parte da CDU, concordando com alguns parágrafos como concordámos com o do PS, isto é um voto de liberdade e pela liberdade, abster-nos-emos também."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não vejo …

Teresa Marta tem a palavra."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito obrigada, Sra. Presidente.

Apenas para dizer ao ilustre colega que, realmente, não foi especificado eu fiz uma pergunta muito concreta, o facto de o colega ter considerado balofa é um adjetivo que senhor quer usar, quando nós dizemos irmos para a luta nós poderemos definir as formas de luta, foi apenas isso. E eu gostaria muito honestamente que estou a falar consigo de cruzar os meus olhos com os seus, porque o senhor quando se referiu a mim falou sempre para a Sra. Presidente e acho que numa fase em que nós estamos, e como estamos aqui, o senhor nunca me dirigiu o olhar, mas dirigiu-me palavras que, no fundo, eram dirigidas a mim, portanto, foi um triângulo comunicacional, digamos assim.

Muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre a discussão na nossa Mesa, desde o momento em que foi colocada a Moção da CDU, eu queria dizer duas coisas diferentes.

Vou reservar para o fim o comentário que queria fazer a propósito da intervenção do Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, e não resisto, a Moção é da CDU, naturalmente, não é minha, mas eu não resisto a participar nesta discussão e eu acho que há aqui um conjunto de equívocos, porque para mim é absolutamente claro, não estou a julgar, nem as opiniões de uns, nem de outros, mas acho que se estamos perante algum equívoco, a forma como eu li esta Moção, no ponto interpelado pela Sra. Membro da Assembleia, para mim é muito claro que estamos a falar de lutas e de ruturas, aliás de ruturas contra ideias como as políticas de empobrecimento dos cidadãos, ao longo dos anos durante muitos anos, as políticas de dependência, subserviência económica, monetária, financeira, que têm levado a uma ruína sucessiva do país, quer dizer fala-se da dívida pública mas esquece-se de que a parte mais substancial da dívida pública é aquela que está cometida ao pagamento dos juros, nomeadamente, às instâncias internacionais, as políticas que levam, e que foram levando ao longo dos anos, à destruição de serviços públicos, as políticas que têm feito com que se homenageia, perdoem-me, nomeadamente os mesmos Partido Socialista, porque não tenha sentido se homenageio grande fundador que é verdade, mereceu, essa homenagem do Serviço

Nacional de Saúde, mas, ao mesmo tempo, se levem à prática, se tenha levado durante anos à prática políticas de destruição do serviço público do Serviço Nacional de Saúde, etc., etc., quer dizer de políticas que levaram à saída de gente e gente do nosso país, jovens qualificados, quadros altamente formados, quer dizer eu acho que a ideia da rutura apontada aqui na Moção da CDU só pode ser esta, quer dizer, é exatamente a exigência da rutura que abra caminho a uma política que sirva o país e todas estas ideias, apenas para dar exemplos do que eu acabei de dizer, são ideias que não servem o país, ideias com as quais eu acho que qualquer pessoa que esteja comprometida e se reveja no espírito do 25 de Abril tem que estar contra estas ideias e tem que defender essa ideia de rutura. Mas, esta é a minha visão da questão e acho que é com esta visão que devíamos estar.

Segundo tema, ou segundo ponto da minha intervenção, queria saudar aqui o testemunho do Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério e quero fazê-lo, porque, com certeza, muitos de nós partilhamos o espírito que ele aqui colocou, e eu queria sublinhar o facto de estarmos perante uma vivência em primeira mão, uma vivência, eu tinha oito anos, como alguns outros, e curiosamente o que eu guardo de mil novecentos e setenta e quatro e depois de setenta e cinco é em relação ao 1º de Maio a imagem de uma festa enorme, eu tenho dado este exemplo, em que a minha mãe vestia o mais bonito ou um dos mais bonitos, sei lá para mim era isso, vestidos que tinha na altura para ir ao 1º de Maio à grande festa que significou as comemorações do primeiro 1º de Maio em liberdade e do 25 de Abril, curiosamente, a imagem do receio isto é aos oito anos eu já não foi para a escola, isto é o meu pai foi trabalhar mas telefonou para casa dizendo que o melhor era os miúdos não irem à escola porque não se percebia bem o que é que estava a acontecer no país, mas, havia uma revolução em Lisboa e vamos ver o que é que isso significa, com um misto de ansiedade, de expectativa, mas simultaneamente receio e é muito importante nós ouvirmos este testemunho em primeira mão, de viva voz de alguém que estava ali no centro dos acontecimentos, obviamente como tantos outros cidadãos, mas como o José Manuel Silvério disse é verdade que, provavelmente, muitos dos cidadãos que estavam na província e que não tinham a oportunidade de estar nesse dia em Lisboa sentiram de muitas formas, mas não dessa forma e eu acho que o seu testemunho direto é muito importante.

E uma terceira ideia que não resisto a partilhar convosco, hoje ao final da tarde tentava alinhavar ideias da minha intervenção para o dia vinte e cinco, para a nossa sessão solene, e foi por isso que achei a intervenção de José Manuel Silvério particularmente importante, e detinha-me nisto, quer dizer, não escrevi, mas pensei o que é que me apetecia refletir, nem sei vou ser capaz de o fazer, realmente nós estamos numa fase em que acho que o objetivo principal de todos nós deve ser manter vivo o espírito do 25 de Abril. É porque, realmente, a maior parte daqueles que estão hoje nas nossas escolas, como é normal se o 25 de Abril, foi há quarenta e cinco anos não estavam cá no 25 de Abril, não estavam antes do 25 de Abril, é difícil, se não formos nós, os da minha, nossa, geração e os das gerações que tinham os tais dezoito anos no 25 de Abril a passar este testemunho, a viver com intensidade, a alertar, a mostrar a diferença, a dar exemplos, como hoje já aqui fizemos das várias intervenções e moções aqui trazidas, de facto, é muito fácil sucumbir a outras coisas. Eu ontem à noite via de passagem nos programas da televisão, quer dizer, estes lugares, estas frases feitas e os lugares-comuns do o que é preciso é reinventar a democracia, o que é preciso é olhar para os novos problemas, o que é preciso é olhar para o futuro, temos de deixar de reivindicar o passado e os valores do 25 de Abril para passar a reclamar as soluções para os grandes problemas do presente, quer dizer a gente ouve estas coisas todas e percebe que se não houver estes alertas, se não houver esta afirmação clara do que significou, não é o que foi só naquele dia, é o que significou, qual o alcance do 25 de Abril nós corremos o risco de, mais meia dúzia de anos, termos aqui cidadãos que já nem sabem bem a que é que se dedica ao feriado. Esta é que deve ser uma das nossas grandes lutas, enfim, estou a simplificar mas é apenas partilhar um bocadinho convosco um sentimento, tenho a certeza que muitos têm, e que acho que não é de mais e, por isso, eu digo, quer dizer, nós temos que repetir e não vir para o 25 de Abril e não falar a terceiros sobre as comemorações do 25 de Abril como lá vamos nós há aquela coisa porque até temos um papel que temos que defender, não se temos que defender alguma coisa é no nosso papel de cidadãs e cidadãos que devem uma parte substancial da sua vida, alguns dos quais também deram a vida, obviamente, mas nós, nomeadamente os da minha geração, que devemos uma parte substancial da nossa vida dos nossos direitos a esse 25 de Abril.

Para além das moções, agradeço as intervenções que nos ajudaram a percebê-lo melhor.

Bem ainda não votámos, espero ter contribuído para vos motivar para a leitura que cada um de nós faz do 25 de Abril, porque acho que são leituras muito honestas e muito sérias e profundas, vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, dois do MIM e dois do BE) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora vou dar a palavra ao Bloco de Esquerda, também para uma Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio."

Saudação BE "Ao 25 de Abril e 1º de Maio – Celebrar a Liberdade, afirmar a Democracia"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Ramos** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre esta Saudação tem a palavra o PSD/CDS, Teresa Marta por favor."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Eu gostaria apenas de perguntar, tenho aqui uma questão de português, à minha colega Tânia Ramos do Bloco Esquerda se há hipótese de nós é aqui no penúltimo parágrafo: *"É pois nosso dever enquanto homens e mulheres de esquerda…"* e visto que no meu conceito 25 de Abril, o 25 de Abril é transversal, já se falou aqui muito em termos pessoais e posso-vos dizer que o meu avô materno esteve preso vários anos, eu praticamente só o conheci depois de ele sair da cadeia devido à luta contra o fascismo e, portanto, se realmente nós podemos abranger aqui ou pelo menos dizer homens e mulheres porque com grande honestidade, é porque acho que é transversal estamos aqui todos pelo mesmo.

Obrigada, Tânia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Mais intervenções? Mais alguma questão?

Peço desculpa, Partido Socialista, José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nesta Saudação há aqui um parágrafo que acho de extrema importância mas que merecia um debate mais alargado, mas se a Sra. Presidente me der três ou quatro minutos eu gostaria de me referir a ele.

É o parágrafo que fala no que estamos a assistir no ressurgimento no mundo e na europa de movimentos populistas, neofascistas e, no fundo, aquilo que a Sra. Presidente falava de que estamos a assistir a um desligamento das populações sobre aquilo que é importante, no nosso caso do 25 de Abril e da revolução que tivemos. Eu quero dizer que sobre isto do populismo, de uma forma muito rápida, que somos todos responsáveis, todos somos responsáveis e ontem estava a ver um debate na televisão, no primeiro canal, aquilo é do pior que se pode realmente assistir e somos todos responsáveis, porquê? Cada um de nós quando anda no dia-a-dia, no trabalho, nos cafés, nos restaurantes, o que é que nós ouvimos dizer, e por isso não temos ninguém a assistir nas assembleias e nas freguesias temos é a discutir nos cafés, ouvimos as pessoas dizer assim, eu não quer saber da política para nada, a política é para os políticos, eu não me governo com a política e as pessoas ouvem isso, viram as costas, encolhem os ombros e, se calhar, alguns até dizem se calhar a eles até têm razão. Não, digam a essas pessoas que são chochos porque setenta por cento daquilo que cada um de nós produz é gerido pelos políticos e sobre os outros trinta por cento os políticos têm responsabilidade. Então nós demitimo-nos da responsabilidade enquanto cidadão e ouvimos as pessoas dizerem nos cafés, nos empregos, nos restaurantes, nas tabernas, eu não quero saber de política e depois sabem o que é que acontece? Quando aparece um populista, normalmente são de direita, uns patetas como o Bolsonaro e oTrump, trampa, o que é que acontece? Dizem aquilo que as pessoas gostam de ouvir, não é aquilo que eles precisam de ouvir é aquilo que eles gostam de ouvir e o que é que as pessoas fazem? Vão atrás desses populistas, portanto, nós somos todos responsáveis. Quando nós ouvimos as pessoas dizerem que não querem saber da política, que a política não enche barriga, que a política é para os políticos, não a política é tudo na vida, quando nós fazemos um filho nós temos que saber se temos dinheiro se temos condições para criar o filho, tudo é política, portanto as pessoas que dizem isso são uns chochos e nós temos essa responsabilidade de dizer tu és um chocho quando estás a dizer isso porque tu mesmo que não vás votar, pode haver só de dois milhões a votar, o número de políticos eleitos são sempre os mesmos quer sejam dois milhões quer sejam quatro milhões a votar, portanto, aqueles que não vão votar são chochos.

Nós somos responsáveis por haver tantos chochos, por não assistir, quando eu ouço alguém a reclamar sobre qualquer coisa pelo país fora por onde eu ando eu pergunto se o senhor vai à Assembleia de Freguesia, o senhor vai a Câmara, à Assembleia Municipal? Não serve de nada. Não serve de nada? Como é que você sabe que não serve? Você, vai lá coloca a questão, então e depois eles não fazem se não fizerem está lá a oposição que quer ir para o lugar deles e eles acabam por fazer. Não, as pessoas gostam é de falar nas tabernas, nos cafés, nos restaurantes, agora nas televisões, que aquilo nas televisões é realmente uma sargeta completa de informação, aquilo de informação não tem nada. Temos agora economistas que sabem sobre tudo mas acertam sempre ao lado, e entram-nos dentro de casa sem pedir licença, é uma vergonha, eu abro televisão não pediram licença e levo com eles. O que eu aconselho é quando vocês ouvirem as pessoas a queixarem-se dos políticos, olha setenta por cento do que tu produzes é gerido pelos políticos e os outros trinta por cento eles têm uma grande responsabilidade, portanto, deixa-me dizer-te que tu és um grande parvo, és um chocho.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira por favor."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todos e todas as presentes, permita-me também dizer tão só isto primeiro, Viva a Liberdade, Viva o 25 de Abril.

Bem eu sobre os comentários que o Sr. José Manuel Silvério, Membro da Assembleia, disse, acho que hoje abriu o livro, está inspiradíssimo, como nós dissemos aqui na nossa bancada.

Em relação às perguntas da Membro da Assembleia Teresa Marta Joaquim, bem, eu tenho que dizer que nós não vamos mudar a sentença, ou a palavra ou a frase, porque acho que engloba a frase, ela em si engloba

a generalidade dos homens e mulheres de esquerda, e não sendo de esquerda não se identificando se sublinharmos que houve muita gente sindicalistas, anarquistas, que lutaram contra a ditadura, achamos que se a Teresa Marta Joaquim não se identifica nem a si nem aos seus familiares, também está no seu direito, acho que podia até sentir-se identificada, como já disse, como defensora da Liberdade, mas talvez seja para si aborrecido falar do 25 de Abril, é a sua opinião e nós temos a nossa e temos pena que assim seja, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Tem a palavra PSD/CDS Maria Rosa Pinto, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O sentido de voto será o de abstenção, fazendo aqui uma ressalva à pequena nota que o ilustre colega do Bloco de Esquerda fez quanto à questão que a Teresa Marta levantou, porque nós não estamos aqui para fazer juízos de valor das pessoas. Politicamente estamos como representantes e eleitos de pessoas que nos elegeram e o que a Teresa Marta pensa do 25 de Abril e que afirmou, e eu que a conheço sei que é uma mulher da Liberdade, não lhe permitirá, com todo o sentido do 25 de Abril, de tecer algumas afirmações mais maliciosas ou de graçola, que o senhor tem a liberdade de fazer mas não lhe ficarão bem, porque a Teresa Marta é uma lutadora de Abril e da Liberdade, essa posso-lhe dar essa afirmação e ter essa certeza consigo.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra a Tânia Ramos, por favor."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Penso que vamos tentar focar na questão que foi colocada pela colega Teresa, é uma questão de português, como bem interpelou, e diz assim: *"É pois nosso dever enquanto homens e mulheres de esquerda,…"* quem é de esquerda? *"…defensores da liberdade e da democracia perpetuar esses ideais nos ásperos tempos….."* . Se a Teresa se enquadrar nos defensores da liberdade e da democracia, não vejo qual é a necessidade de estarmos a tirar a parte em que diz homens e mulheres de esquerda, porque é uma realidade, esta Saudação é feita pelo Bloco de Esquerda, somos homens e mulheres de esquerda, não é, mas se, por acaso, entender que faz parte dos defensores da liberdade, era só isso que eu queria explicar que é uma questão de português, não é uma questão de português para vós?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra novamente PSD/CDS, por favor, Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite, gostaria de cumprimentar a Sra. Presidente da Assembleia, restantes Membros da Assembleia, Sr. Presidente e restante executivo e restante público aqui presente e comunicação social.

Vou ser breve, dizer apenas que a democracia e a liberdade não são propriedade de ninguém, são de todos aqueles que lutaram por ela. Há os que se consideram de esquerda, há os que se consideram ao centro, outros consideram-se mais à direita, mas penso que todos estamos aqui democraticamente eleitos e devo dizer que, para mim, se é uma questão de português eu entendo exatamente a frase como entendeu a

Teresa Marta, o que está aqui a dizer é o que está aqui *"…enquanto homens e mulheres de esquerda…"* e depois dá a entender que são eles e apenas os defensores da liberdade, portanto tenho a dizer que vou votar contra esta Saudação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra agora CDU, Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Sra. Presidente, eu creio que esta Saudação, de facto, era muito mais abrangente se não tivesse aqui *"…de esquerda…"*, eu percebo isso perfeitamente e enquadrava-se muitíssimo bem, mas se ela se mantiver, naturalmente, que nós vamos votar favoravelmente, mas tinha uma certa curiosidade e acho que ficava muito melhor, "É pois o nosso dever enquanto homens e mulheres defensores da Liberdade" e se isto não tivesse cá ficava com uma certa esperança, e a esperança de qual é posição depois da direita assim aqui, PSD/CDS, na votação dela, mas, portanto, se o Bloco retirasse acho que era importante e muito mais abrangente, se não retirar nós, também, apesar de não estarmos de acordo, não deixamos de votar favoravelmente.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Então posto isto, depois das várias posições colocadas em cima da mesa, nós vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, dois do MIM e dois do BE), dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e uma abstenção do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora, volto a dar a palavra ao Partido Socialista para apresentação da saudação sobre o 1º de Maio e depois darei a palavra à CDU, sobre os trabalhadores da Visteon.

Tem a palavra Sra. Membro da Assembleia Patricia Caixinha."

<u>Saudação PS "1º de Maio – Dia do Trabalhador"</u>

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Caixinha** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Saudação.

Intervenções?

Tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Neste caso, sobretudo no terceiro parágrafo quando aqui o PS refere *"Em mil oitocentos e noventa os trabalhadores americanos conquistaram a jornada diária das oito horas…"*, eu acho que deviam ter enfatizado aqui a luta das mulheres trabalhadoras, porque esta luta foi mais de mulheres do que de homens em primeiro lugar, mas se quiserem dizer-nos que aqui trabalhadores abrange homens e mulheres, mas eu tinha que fazer este aparte.

Depois, no penúltimo parágrafo da saudação, diz aqui que *"É de extrema importância a imposição de melhores práticas sobre estas temáticas na legislação laboral, garantindo a não violação da lei …"*, eu aqui este parágrafo eu percebo a ideia mas acho que vocês aqui podiam ter redigido isto um bocadinho mais para a compreensão imediata, porque é assim: a lei faz-se, a violação da lei pune-se quando ela é violada, garantir a não violação da lei é garantir a fiscalização da aplicação da mesma, portanto, só este paragrafo aqui é que acho um bocadinho excessivo de linguagem, no entanto, no que me toca pessoalmente, votarei favoravelmente esta Saudação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Então não havendo, vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos mudar de tema, vou devolver a palavra à CDU para a Saudação à luta dos trabalhadores da Hanon Systems e da Visteon Portugal."

Saudação CDU "À luta dos trabalhadores da Hanon Systems e Visteon Portugal"

Tomou a palavra a **Sra. Paula Sobral** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia tem a palavra a bancada do MIM, Maria Luísa Paulino."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Estimada colega, aqui nesta matéria tenho algumas coisas a dizer e digo-lhe já que vou votar favoravelmente com toda a minha força e vou-lhe explicar porquê. Antes de ter a atividade profissional que

tenho agora, fui convidado para integrar a Visteon, eu fui o número sessenta e três, ainda não existia a primeira pedra, fui formada pelos *foreign service* que vieram fundar cá. Fui na lista de stocks, depois fui para o armazém, como castigo, e vou-lhes explicar porquê. Eu sentava-me à mesa com o diretor-geral, o Samuel Panossian, na casa dele no Estoril, tinha uma perspetiva de carreira promissora naquela empresa. A determinada altura quando a empresa começou a laborar, começaram a haver os problemas das tendinites, isto em mil novecentos e noventa e quatro/noventa e cinco, provavelmente. Como eu sou uma pessoa sensível e as questões sociais a mim infligem-me sofrimento, não o meu, mas o de terceiros, havia necessidade de fazer ali qualquer coisa, porque a Visteon, queria produção ponto, independente das pessoas estarem estropiadas completamente. A determinada altura, como eu sou filha de um pai reivindicativo e com questões já de sindicatos, se calhar, isso já me estava nas veias, fui convidada pela CGTP Intersindical a ser delegada sindical e aceitei e foi formado um grupo, do qual eu sentei-me com a direção da empresa, da qual comia à mesa com eles, em prol de defender os trabalhadores.

E devo-lhe dizer que as primeiras medidas e conquistas foram realizadas por mim e pela equipa, nomeadamente o reconhecimento da doença profissional, nomeadamente o remanescente quando estava de baixa ser pago na totalidade, a reintegração dos postos de trabalho e tudo mais, portanto, eu vivi isso, sei o que é a Visteon, a Hanon não porque eu não conheço era a antiga de compressores correto, e tive um percurso de sindicalismo naquela empresa muito profundo. Depois acabei por sair e optar por uma via profissional diferente porque o meu papel ali já estava feito, alguém tinha que se segui-lo de outra forma e seguiram, creio eu, não sei como é que está agora, mas eu fui, eu e outras colegas, estou a falar por mim, fui das primeiras pessoas a sentar-se à mesa com a direção para negociar, tínhamos reuniões na Almirante Reis, na CGTP Intersindical, e depois iríamos, com certeza, conversar e eu conheço bem isso, por isso façam-na. Efetivamente é muito importante se a Visteon fecha e a Autoeuropa fecha isto é um descalabro total, mas de qualquer das formas têm que respeitar as pessoas e têm que respeitar as necessidades médicas, as necessidades de família, seja aquilo for, porque eles não precisam da esmola de ninguém, eles ganham muito dinheiro, milhões, e talvez ainda se lembre era a Paula Sá uma das principais pessoas que estava a defender a empresa e reuni muita vez com a equipa toda de recursos humanos, com a equipa médica, o Dr. Venâncio, lembra-se a Dra. Lurdes, conheci esta gente toda, portanto, força, avancem com as medidas mais duras que puderem porque, efetivamente, acaba por ser uma honra vocês continuarem a fazer aquilo que eu iniciei e que prejudiquei a minha vida, eu hoje podia estar ao lado da Paula Sá, por exemplo, ou noutro departamento e não estou, não tive, não quis. Parabéns."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções?

Tem a palavra o Partido Socialista, então.

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Em relação a esta Saudação, consideramos que é de extrema importância, de facto, a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras por melhores condições de trabalho e consideramos, também, de extrema importância que estes e estas não se resignem, de facto, às condições laborais, quando elas não são as desejadas. No entanto e considerando, sobretudo, o último parágrafo desta Saudação, consideramos que o tema da negociação coletiva deve ser feito entre sindicatos, centrais sindicais e patronato, em sede de negociação coletiva, não sendo essa uma competência aqui da Assembleia Municipal este tipo de discussão sobre pena, inclusive, de abrirmos precedentes e nesse sentido o Partido Socialista irá abster-se.

Disse."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, relativamente a esta Saudação, à luta dos trabalhadores, eu saúdo pessoalmente a luta dos trabalhadores, agora enquanto eleita na Assembleia Municipal não poderei votar favoravelmente porque os eleitores que me deram um mandato para aqui estar uns são trabalhadores, outros são entidades patronais, é tão simples quanto isso.

Estou de consciência tranquila, porque já defendi trabalhadores despedidos, até por Cooperativas ligadas ao PCP, já defendi entidades patronais, já fiz negociações de dívidas de gente de vários partidos, tenho clientes de vários partidos, quer dizer eu acho que isto não pode ser tão simplificado assim.

A negociação é dos negociadores e quem consegue fazer melhores negociações tem mais poder de negociação, caberá aqui um papel importante aos negociadores, quer da parte da entidade patronal quer da parte dos trabalhadores. Eu também sei, enquanto advogada, que a entidade patronal tem sempre um poder superior, também não estou enganada quanto a isso e isso nos tribunais de trabalho, às vezes, os juízes, que nem sempre são todos iguais aos que o colega José Manuel Silvério há bocado aqui falou, até fazem, às vezes, em certos casos uma tendência um bocadinho mais para o trabalhador, por isso mesmo porque, normalmente, ele está menos protegido, nalguns casos, sobretudo em caso de despedimento.

Agora eu acho que apelando ao Governo através dos eleitos na Assembleia Municipal, tal como nós ficámos preocupados aqui nesta Assembleia quando foi o caso da Autoeuropa e conseguiram chegar a bom porto, eu sei que nestas empresas é um bocadinho mais difícil a negociação porque a Autoeuropa sempre teve uma via negocial que bocadinho mais maleável, mesmo sendo exigente. Nestas empresas eu sei que são mais duros na negociação e mais difícil para obtenção de acordos coletivos, mas eu acho que se deve tentar.

Estando ao lado dos trabalhadores, também, mas não posso votar isto favoravelmente até porque concretamente são-nos aqui apontados dois casos, mas nem nos é aqui dado o caderno reivindicativo total e eu, por norma e por coerência, nunca voto às escuras e não conhecendo essa parte mesmo pelas razões já invocadas só por essa não votaria favoravelmente, mas desejo a melhor sorte nas negociações e cabe ao Estado e ao Governo, independentemente das cores que estejam no poder, disciplinar um bocadinho as entidades patronais, algumas delas até de pequenas empresas e algumas até de gente de esquerda, tenho-vos a dizer que às vezes é por cima de toda a folha não respeitando os direitos mínimos constitucionalmente previstos, e é só o que tenho para dizer."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, ouvi com muita atenção as vossas intervenções mas, por acaso, tenho alguma dúvida em acompanhar as preocupações que têm legitimidade, mas eu nestas coisas gosto de perceber se estou a ver bem ou não. E, de facto, aqui não se diz nesta Saudação, enfim, pode haver aqui um aspeto mais ou menos concretizado sobre a posição, sobre os temas em concreto em que os trabalhadores se posicionam desta forma, mas eu acho que o que está em causa é no essencial uma posição de solidariedade em relação às posições dos trabalhadores, às posições no sentido de reivindicação dos seus direitos. Eu pergunto, quer dizer, em que ocasiões é que nós não temos alguma sensibilidade para posições invocadas pelos trabalhadores, quer dizer, podemos dizer que, obviamente, não conhecemos, conhecemos menos bem, é um tema que nos está mais distante, agora aqui estamos a falar de empresas que estão no nosso concelho, empresas em que mais não seja a porta, porque não se consegue passar muitas vezes, o caso da Visteon, eu, por exemplo, e era autarca, era Presidente de Câmara, e não conseguia passar da porta, mas todos lá vamos em campanha eleitoral e todos assistimos a uma coisa que são trabalhadores e trabalhadoras a saírem de fugida com medo de falar com alguém, muitas vezes a dizer à boca pequena "olha eu não sei, olha esta semana ainda cá estou, para a semana, vamos ver" e outros a dizerem "olha ontem saíram mais uns quantos que foram notificados na véspera", sabemos isto, a minha questão é sem diabolizar a administração, nem seria essa a minha intenção em momento algum, mas o que é que me custa dizer que eu devo de estar solidária com os direitos destes trabalhadores. Eu acho que isto é a concretização das posições e da defesa dos valores do 25 de Abril e do 1º de Maio, que nós invocámos aqui atrás, esta é a manifestação concreta de estarmos a favor ou estarmos contra a defesa de valores do 25 de Abril.

Desculpem, se tivéssemos aqui a dizer, a falar, de questões muito concretas, muito específicas de um determinado setor de atividade, de lutas que a gente não conhece, de posições de greve mais assim ou mais

assado, enfim em que eu admito que há situações que nos podem suscitar dúvidas, agora aqui, no nosso concelho, coisas que a gente conhece do dia-a-dia, eu tenho dificuldade em dizer que isto é um tema da concertação social, peço desculpa.

Eu, hoje, estou muito política, desculpem, deve ser por estarmos a vinte e três de abril, mas não me vão levar a mal.

Vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor (quinze da CDU, dois do MIM e dois do BE) e onze abstenções (oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Falta uma Saudação do PSD/CDS, bem, e porque vamos mudar de tema deixem-me só, não resisto, em relação aos temas que dominaram aqui o nosso período antes da ordem do dia recomendo, não sou eu é o Sr. Presidente da Câmara que recomenda. O Sr. Presidente da Câmara recorda uma obra que nós temos feita na altura a propósito dos trinta anos do 25 de Abril, que está à disposição na nossa Biblioteca, mas não é só estar na Biblioteca é a Biblioteca tem alguns exemplares disponíveis e obviamente que oferece, e eu tinha encontrado aqui um dado muitíssimo interessante para objetivar um pouco esta caraterização que aqui fazíamos há pouco do que era viver antes do 25 de Abril, nomeadamente na periferia e agora perdi, novamente, mas eu acho que sei mais ou menos de cor até porque, na altura, cheguei a referir.

Está aqui, só alguns exemplos, isto são os censos de mil novecentos e sessenta que não terá variado muito para os dados depois de sessenta e quatro, até porque é muito interessante porque há aqui um dado relativo ao censos de cinquenta e de cinquenta para sessenta, por exemplo, curiosamente havia mais trezentos habitantes no concelho que é uma coisa fantástica em dez anos, trezentos habitantes. Imaginamos que esta descrição que aqui é feita para sessenta não deve ter mudado muito para setenta e quatro, embora haja ajustamentos porque nós sabemos que a década de setenta é, nomeadamente, a década de uma oscilação já significativa das populações mais para o litoral e é possível que o nosso concelho de Palmela tenha verificado alguma também dessa mobilidade dentro do país, mas é curioso isto. Caracterização das condições de habitabilidade e dos agregados familiares, etc., então setenta e sete por cento das habitações do concelho só têm cozinha, cinco vírgula cinco por cento têm cozinha e retrete, treze por cento tinham cozinha, retrete e casa de banho, porque havia a diferença entre a retrete a casa de banho, vinte e três por cento, e isto era um dado que eu usava na altura porque fazia parte das competências do município, vinte e três por cento tinham água canalizada e treze por cento tinham esgotos da rede pública, portanto tudo aquilo que estavam aqui a dizer há bocado onde é que pairava o alcatrão nem pensar, ora se nem abastecimento de água, nem esgotos quanto mais alcatrão. Curiosamente a luz, já tinha vinte e sete por cento da população, curiosamente, exatamente eram os núcleos urbanos aqui claramente, claramente, era Palmela e Pinhal Novo, mas estes números da água canalizada e dos esgotos é absolutamente emblemático. Eu acho que é um trabalho interessante, obviamente datado não é, mas que vale a pena lerem se quiserem.

Para terminar este período, vamos então passar a palavra, o PSD/CDS para a Saudação sobre o Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu agora, quando ouvi a Sra. Presidente falar de mil novecentos e sessenta, nessa análise que fez aí do livro, realmente foi o ano em que eu nasci, mais trezentos habitantes para Palmela mas eu nessa altura, não fazia parte desses trezentos.

Ainda hoje também há zonas do concelho que não têm esgotos e é por isso que Abril tem que continuar aqui e noutras zonas do país, eletricidade não tanto mas esgotos e saneamento ainda temos uma grande abrangência até no nosso concelho, sobretudo, porque é muito extenso e bem sabemos disso. Eu acho que as pessoas, atualmente, para as trazermos para Abril novamente e para a participação, tem que ser com mais obra e melhor obra. E disso já vamos falar mais à frente, agora não vou interpelar o Sr. Presidente com nada disso."

Saudação PPD/PSD.CDS-PP "Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor"

Tomou a palavra a **Sra. Maria Rosa Pinto** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta saudação?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Sra. Presidente, muito obrigado por me dar mais uma vez a palavra.

Eu, do ponto de vista do PSD e do CDS-PP, compreendo o sentido de oportunidade de trazer aqui esta Saudação, no dia vinte e três de abril, e no texto desta Saudação incluir o Professor José Hermano Saraiva, que bem se recordam teve um passado muito triste enquanto Ministro do Estado Novo, era Ministro da Educação mais em concreto, e que ordenou as cargas policiais na Universidade de Coimbra em mil novecentos e sessenta e nove, e no mesmo texto onde está o Professor José Hermano Saraiva discriminado vem também o 25 de Abril e 1º de Maio.

Portanto, eu lamento aqui aos colegas, aos membros da bancada do PSD/CDS, mas não vou votar favoravelmente esta Saudação e vou votar contra.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Dou a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado.

Boa noite Sra. Presidente, aos Membros da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, técnicos do município, uma boa noite a todos e para a Sra. Jornalista neste momento uma boa noite.

Eu tenho algum receio, às vezes, de falar nestas coisas porque pode não ser completamente entendível aquilo que eu pretendo aqui dizer mas, de uma forma muito direta, parece-me que todos nós temos pecado algo na transmissão daquilo que são e do que foram, essencialmente, os valores do 25 de Abril. As escolas trabalham pouco a matéria. Há um ano trouxe ao Sr. Vereador Adilo Costa um livro que se chama "Livro

Livre", que é um livro dedicado ao 25 de Abril e às temáticas do 25 de Abril, era interessante que a Câmara pudesse proporcionar às escolas do concelho o trabalho com o mesmo, mas quando me aparece uma moção, ou uma saudação deste género, nomeadamente sobre as nossas leituras, a interpretação histórica dos factos, etc., eu já me basta ler de vez em quando o Observador para perceber qual é a leitura que se faz sobre a observação histórica dos factos, eu leio porque gosto de estar informado, a leitura dos factos pode ser diametral agora uma coisa não podemos deixar de dizer, antes do 25 de Abril havia censura, não havia liberdade, havia prisões, havia opressão, havia medo, havia lápis azul, e estávamos aqui a noite toda, e havia livros escolhidos, havia mulheres que não podiam sair do país, que tinham que ser casadas e só com autorização, não vale a pena. A questão é esta, quando alegamos os direitos temos direito de fazer interpretações e os historiadores fá-las-ão sem grandes questões, mas esta é a base do trabalho que temos que fazer não podemos escamotear isto, é que depois não podemos ler alguns historiadores, que o são, referir-se a estes percursos do 25 de Abril como fragmentos de alguma democracia que foi partidarizada por X,Y ou Z.

Alguém há bocadinho disse aqui que o 25 de Abril era de todos, acho que foi o Cortegano e disse bem, ou seja o 25 de Abril é de todos mas o ponto de partida tem que ser que o que se conquistou foi isto e a partir daqui temos que fazer um percurso em que nos sintamos bem e em que, principalmente, coloquemos uma sociedade em que as crianças e os jovens se sintam melhor, porque senão temos uma sociedade pior do que a nossa. Alguém me dizia há uns anos atrás, que aquilo que os nossos pais nos deram nós teremos alguma dificuldade de dar aos nossos filhos, e isto com a idade vai fazendo algum sentido.

Era só, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra a CDU, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta Assembleia.

Só três pequenas notas, em primeiro lugar como estávamos há bocadinho numa fase de pergunta-resposta eu fico na dúvida se devo fazer a pergunta ou se devo fazer logo a minha tentativa de interpretação.

Saudação "Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor ", os direitos de autor perderam-se na Saudação porque não aparecem cá, depois aproveitamos uma Saudação ao Dia Mundial do livro para elogiar dois eméritos académicos desta nossa praça esquecendo dezenas de outros, o que me parece redutor.

Por outro lado aproveitamos como não temos coragem de trazer uma saudação ao 25 de Abril, que possa ser aqui apreciada por toda a Assembleia, trazer uma partezinha que é aquela que nos convém.

Eu, só por respeito pelo título da Saudação Dia Mundial do Livro, que respeito muito, e dos Direitos de Autor, que também respeito, é que posso ponderar se quero a abstenção, porque este Saudação não tem ponta por onde se lhe pegue, se querem fazer três daqui só com um parágrafo boa, agora fazer uma com três parágrafos que dois deles não fazem parte nem do Dia Mundial do Livro nem dos Direitos de Autor, quanto muito a propriedade intelectual na interpretação e mesmo essa julgo que não caberia aqui.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Tem a palavra, o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto, para terminarmos."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O António Mestre eu já o conheço há muitos anos e nem vou valorizar essas graças, porque a pergunta e a resposta está à vontade para fazer a pergunta, dar a pergunta e resposta logo isso só se for num estudo de antropologia académico.

Depois, para além disso, coragem nunca nos faltou e o António Mestre bem sabe que até na Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo, de onde fez parte, apresentámos muitas vezes moções sobre o 25 de Abril e, portanto, esse comentário também cai por terra.

Nós quisemos ser diferentes e trazer isto aqui desta maneira, foi o nosso propósito. Quanto aos direitos de autor, toda a gente sabe que eles são, e como ainda andam em discussão, e ainda não está a diretiva transporta para os países, nem ousámos fazer aqui afirmações porque estamos à espera da transposição, quiçá da geringonça, para a nossa legislação. Até faz verso.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, a noite vai longa, vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com cinco votos a favor (três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do MIM), dois votos contra do BE e vinte e três abstenções (quinze da CDU e oito do PS).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra, rápida por favor."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Eu abstive-me porque foi a posição do Partido Socialista mas, de facto, eu custa-me muito a engolir o nome de José Hermano Saraiva pelo seu percurso ao longo da vida, é realmente um sapo difícil de engolir e quero aqui fazer também uma observação, porque foi feito pelo CDS, sobre esta Saudação que diz que sobre a revolução há diversas interpretações, inclusivamente há pessoas de esquerda que acham que não houve revolução, deve-se de estar a referir, com certeza, a pessoas como um Major do 25 de Abril que disse que a revolução a sério era colocar alguns no Campo Pequeno.

Terminei Sra. Presidente, obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminámos este período, não, foi uma declaração de voto, não há comentários a declarações de voto.

Eu antes de passar ao período seguinte, queria dizer que temos uma ata para apreciar e votar e queria colocá-la antes de terminarmos o período antes da ordem do dia, porque assim deve ser, é a ata da reunião de vinte e oito de março de dois mil e dezanove.

Então sobre a ata de vinte e oito de março, pergunto se alguma questão a colocar?

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, são questões de pormenor?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Posso entregar diretamente à secretaria."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então não havendo questões de fundo, votamos."

A Ata número dezasseis, de vinte e oito de março de dois mil e dezanove, foi aprovada, por maioria com vinte e oito votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) e duas abstenções do/a Sr/a. Membros Luis Pato da CDU e Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP, por não terem estado presentes na sessão.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu ia perguntar mas gostava que não respondessem, não é? Isto é, gostava que passássemos as questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara, ainda neste período de antes da ordem do dia, para o primeiro ponto, ou seja, há espaço para a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e há espaço para as questões que entenderam colocar, pode ser assim?

Passamos ao ponto um rapidamente? "

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período da Ordem do Dia.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. jornalistas, trabalhadoras e trabalhadores do município aqui presentes.

Vou procurar apenas sublinhar alguns aspetos para os quais chamaria a vossa atenção e que, de certa forma, caracterizam a atividade desenvolvida pelo município desde um de fevereiro até trinta e um de março, período a que se reporta esta informação.

Estivemos num período caracterizado ao nível interno pelo reforço das equipas com grande atividade dos nossos recursos humanos quer na busca de quadros para o nosso município através da Bolsa de Emprego Público quer no desenvolvimento e acompanhamento de diversos procedimentos concursais em curso para várias áreas desde as operacionais a técnicos. Também a nível interno, um forte trabalho de preparação do processo de avaliação de desempenho e ainda, também, para levar a cabo em tempo e horas a entrada em vigor da nova base remuneratória mínima que abrangeu, ainda assim, no nosso município duzentos e cinquenta trabalhadoras e trabalhadores e também neste período a organização do Dia Internacional da Mulher, também todo ele preparado e promovido por uma equipa interna.

Neste domínio, na área da Segurança no Trabalho foi também um período em que investimos bastante, apesar de termos uma outra fase a decorrer, foram entregues um total de mil trezentos e quarenta e três

artigos de calçado de segurança, equipamento de proteção individual, vestuário, substituição de malas móveis de primeiros socorros em vinte e três locais. Também, neste período, a entrada em vigor do Regulamento Interno Municipal de Prevenção e Controle de Alcoolemia com vinte e quatro ações de sensibilização e esclarecimento, também o desenvolvimento do projeto "Conheces a tua organização?" e o projeto "Caixa de Ideias", onde as nossas trabalhadoras e trabalhadores têm apresentado várias propostas de melhoria, seja na operacionalização dos objetivos do seu trabalho diário seja na criação de melhores condições para o seu desempenho.

Também um período marcado no trabalho preparatório para a participação cidadã mas, sobretudo, naquilo que diz respeito ao trabalho de parceria com as Associações de Moradores e Juntas de Freguesia, porque foi um período em que desenvolvemos duas semanas dedicadas às Freguesias de Pinhal Novo e Quinta do Anjo, respetivamente, com programas muito ricos.

Foi um período onde, também, assinalámos o Dia Internacional da Proteção Civil, uma área muito cara ao nosso município, e que procurámos, também, focar as nossas atenções para o diagnóstico, recenseamento de situações que se prendem com as ações de gestão de combustível no âmbito do sistema de proteção e de defesa da floresta contra incêndios com várias ações de esclarecimento em várias freguesias.

Depois em matéria de obras, concluímos a requalificação do logradouro e a colocação de balizas de futsal no espaço de jogo e recreio da EB de Cajados, continuam a decorrer as intervenções da Matos Fortuna na Quinta do Anjo e em Brejos do Assa, e foi, finalmente, retomada com uma nova empreitada a ampliação e requalificação da básica de Cabanas.

No âmbito do CLDS 3G - Contrato Local de Desenvolvimento Social de Palmela, realizou-se a 3ª Feira de Emprego e Empreendedorismo com a participação de diversas empresas.

Neste período ficou também marcado pela concretização diversas beneficiações no parque habitacional do município e foi lançado o concurso público por classificação para atribuição de cinco habitações em regime de arrendamento apoiado.

Também na área da reabilitação urbana, nestes meses, fizemos divulgação das duas operações de reabilitação urbana que temos para Palmela e Pinhal Novo tendo centrado mais, porque se tratou da semana do Pinhal Novo as nossas atenções na área de reabilitação rrbana de Pinhal Novo com uma sessão para a população, proprietários e agentes económicos desta área.

Foi adjudicada a empreitada para a conclusão da rua do Assentador e prolongamento da rotunda em Val'Flores, Pinhal Novo.

Também procedemos a trabalhos de ampliação das redes de águas residuais domésticas, a mais significativa no aceiro do Marcolino, ainda em Pinhal Novo também foi adjudicada a ampliação e remodelação da rede de água - remodelação de nós na zona norte.

Neste período, o município apresentou publicamente o Plano de Comunicação para Emergências da Qualidade da Água para Consumo Humano, integrado num Plano de Segurança da Água dos nove municípios da península. O município integra um grupo de três que tem os trabalhos mais desenvolvidos nesta área com o envolvimento apoio da Assembleia Intermunicipal da Água.

Concluiu-se o passeio que liga o Centro de Saúde de Palmela ao cemitério e demos início a várias empreitadas que estão nas Grandes Opções do Plano para este ano como os logradouros das ruas 25 de Abril e Infante Dom Henrique, em Pinhal Novo.

Lançámos o concurso para a requalificação de espaços públicos e arranjos exteriores em Fernando Pó, também teve início a remodelação da praceta João Coelho Possante e decorre igualmente a 1ª fase da remodelação do Jardim José Maria dos Santos que tem três momentos, mas em duas fases, sendo que a obra só avança a todo o gás a partir do dia oito de julho, depois de terminarem um ciclo de eventos que vão pressionar muito aquele espaço central da vila de Pinhal Novo.

Depois, foi também um período em que tivemos oportunidade com o envolvimento de associações juvenis, de escolas e outras entidades, até inclusivamente empresas mecenas, celebrar o Dia Mundial da Floresta em que foram plantadas centenas de árvores, seja pelo município, seja no âmbito de algumas destas parcerias.

Deu-se prosseguimento a um trabalho que tem tido o acompanhamento científico do laboratório de patologia vegetal Veríssimo da Silva, no que diz respeito ao abate de palmeiras doentes consideradas já irreversíveis, mas também ao tratamento de algumas em particular na vila de Pinhal Novo, e recuperação de alguns espaços verdes.

A vida cultural no concelho é sempre muito intensa e há trabalho preparatório a fazer nestes meses, eu destacaria aqui no âmbito da Cultura e do Património Cultural a adjudicação da empreitada para a Remodelação das Instalações da Estação de Pinhal Novo que irão acolher o Núcleo Museológico dedicado aos Ferroviários mas, obviamente, há muito trabalho às vezes no plano mais imaterial que espero que as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia percebam o que fazem os nossos trabalhadores que investigam, compilam, que estudam, que escrevem, que é também essa a nossa missão e obrigação para depois preparar as exposições, os eventos, os espaços musealizados, as visitas, as maletas pedagógicas e um conjunto de importantes recursos educativos que temos que pôr ao dispor da nossa comunidade. A este propósito quero aqui referir que a exposição "80 Anos de Iluminação Pública Elétrica em Palmela - 1938 Finalmente, Luz", teve o seu términus e que foi, de facto, um processo muito participado, muito visitado e que serviu não apenas para as gerações mais jovens, mas para todos rememorarmos precisamente um pouco, também, do que tem sido o percurso de progresso e desenvolvimento deste concelho o que era antes e o que é depois do 25 de Abril.

Celebrámos o Dia Nacional dos Centros Históricos, temos feito um trabalho, também, dedicado a investigação, promoção, divulgação da Gaita de Fole porque ela tem muito mais importância do que aquilo que se estima na história da musicologia da nossa região e das nossas origens, há muitos anos aqui, com os nossos parceiros do Museu de Música Mecânica e no âmbito também da candidatura "Palmela é Musica!".

Realizámos o I Encontro de Bibliotecas Escolares do Concelho de Palmela, com vários workshops, ateliers e oficinas, como queiram chamar, dedicados a professores bibliotecários, investigadores, técnicos, professores, alunos, uma iniciativa que foi também objeto de referências muito elogiosas.

O plano inovador de combate ao insucesso escolar "Eu conquisto o meu sucesso" tem criado novas dinâmicas no seio de algumas escolas e agrupamentos, a comunidade educativa está cada vez mais envolvida e em breve teremos também a oportunidade depois de fazer a avaliação de todo este processo.

Destacar aqui a formação para a comunidade, que tem cada vez, também, mais aderentes, mais gente a usufruir deste trabalho feito pelas nossas bibliotecas, os cursos sobre plantas medicinais, o curso de plantas de hortas.

Depois estes meses são marcados por intensa atividade em torno da poesia, das bibliotecas, do teatro, da dança, também falarei do "Março a Partir" que teve também uma excelente edição este ano. Tivemos também um âmbito da Juventude e na área da solidariedade e promoção da paz a visita e apoiámos, naturalmente, a estadia em Palmela de vinte e duas crianças da Palestina que interagiram com as nossas associações, com os nossos clubes de futebol de formação, porque eram jovens desportistas e tiveram oportunidade de conhecer o nosso concelho e de conviver com as nossas crianças e jovens dos clubes do concelho.

Depois no âmbito ainda desportivo também muita atividade em torno do atletismo, Palmela Trail, mil e trezentos participantes, estas iniciativas têm hoje um impacto não apenas ao nível da promoção do desporto mas, sobretudo, também da divulgação do nosso território, dos nossos valores endógenos e associaria aqui a "Clássica da Arrábida" que é, também, um evento que promove, inclusivamente, internacionalmente porque o ciclismo passa nas televisões, o nosso território e depois Palmela tem estado aqui no eixo do ciclismo, na medida em que múltiplas provas da Federação e da Associação têm tido lugar no nosso concelho e com o nosso envolvimento, também o basquetebol ou o Pinhal Novo Gym, que ultrapassou meio milhar de ginastas.

Depois, um projeto importante que teve preparação no ano passado mas estas coisas dos avisos temos que esperar que eles ocorram e depois dos avisos temos que preparar todo o processo concursal, os procedimentos para as candidaturas. Foi publicado o concurso público internacional já a decorrer para a instalação de luminárias LED em toda a iluminação pública no Centro Histórico de Palmela e na vila de Pinhal Novo, sendo que a tecnologia LED está no âmbito do contrato de concessão com a EDP, depois de termos

aprovado recentemente uma alteração ao anexo, embora o ritmo da EDP seja lento a chegar a outras zonas do concelho que nós não conseguimos obrigar a EDP a fazer aqui ou acolá, eles vão à medida que vão substituindo umas vão pondo aquilo, mas esperemos que a velocidade cruzeiro apareça em breve na substituição. Isto é uma candidatura que tem comparticipação e nós tivemos que fazê-la para ela ter escala, são cerca de seiscentos e noventa mil euros.

Depois, obras importantes também no âmbito de algumas candidaturas, decorre o HUB 10, a plataforma humanizada de conexão territorial à entrada poente do concelho, a construção da 2ª fase da ecopista de Pinhal Novo, a 1ª fase da ciclovia de Quinta do Anjo, a rua da Escola - estrada do Gado, em Brejos Carreteiros, essa outra fase que à data até já está concluída.

Houve também no âmbito da promoção turística e valorização dos produtos endógenos várias iniciativas e destaco aqui a candidatura ao concurso "7 Maravilhas Doces de Portugal". Estivemos na Bolsa de Turismo de Lisboa e na 3ª Mostra de Silves, também momentos para divulgar o nosso território junto de operadores turísticos mas, também, do público nacional e estrangeiro, apresentar os nossos valores e o diversificado calendário de eventos que temos ao longo de todo o ano no concelho.

Foi apresentado neste período o Programa de Ação para a Dinamização da Baixa Comercial de Águas de Moura, com todos os agentes económicos, que veio abrir portas à implementação no terreno já com múltiplas ações também para alavancar o desenvolvimento do território, estando previsto já para Maio o lançamento dos Mercadinhos d'A Moura que decorrerão ao ar livre na avenida da Liberdade em complemento com comércio tradicional. Vimos, depois, aprovada uma candidatura e tínhamos que esperar pela aprovação da candidatura, porque ela só financia obras que não tenham sido começadas e também precisamos depois da revisão ao orçamento para desenvolver estas obras, são obras que pretendemos fazer nos mercados de produtores locais do concelho de Palmela que abrange os mercados de Quinta do Anjo, Pinhal Novo e Palmela, apoiando a realização de ações materiais e de promoção.

Estes são apenas alguns exemplos que queria destacar, sendo que há um trabalho preparatório muito intenso para um período que se iniciou também em abril e que se vai prolongar até pela Primavera/Verão fora de muita atividade que é também preparada internamente nestes meses do ano.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre este ponto questões que queiram colocar ao Sr. Presidente da Câmara?

Tem a palavra o Partido Socialista, José Carlos de Sousa, por favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Duas questões muito breves que surgem na informação e que eu, pessoalmente, não tinha conseguido vislumbrar na informação maior. A primeira tem a ver com o número de trabalhadores e trabalhadoras do município que se cifra em oitocentos e noventa e um, sendo que o relatório de atividades de dois mil e dezoito fala em oitocentos e oitenta e sete, estamos aqui com quatro funcionários a mais neste momento. A questão é que se fala em integração de sete novos trabalhadores, saíram entretanto trabalhadores do município, o número é este em função de tudo o resto, ok, estamos resolvidos.

Fico a perceber que o município dos seus oitocentos e oitenta e sete, oitocentos e noventa e um, agora, trabalhadores teria cerca de duzentos e cinquenta com o ordenado mínimo nacional, que tiveram então a atualização da base remuneratória para seiscentos e trinta e cinco euros e zero sete. Duzentos e cinquenta funcionários com ordenado mínimo nacional em oitocentos e oitenta e sete é uma percentagem, penso eu, bastante significativa.

Última nota para perceber o que se passa com a segunda fase ecopista de Pinhal Novo. O Sr. Presidente disse aqui na última Assembleia Municipal que havia algumas questões mas que no final do mês de março a ecopista estaria concluída, foi o que disse na última Assembleia, a questão é que passamos ali todos os dias e deixei de ver gente a trabalhar, há dois ou três dias comecei a ver gente, hoje estavam quatro pessoas, uma máquina, etc., etc., não se percebe o que se passa. Era relevante, sei que ontem na Assembleia de Freguesia do Pinhal Novo já falaram disto, mas era importante que se percebesse principalmente o que se passa, o que não foi planeado, o que ficou para aquém do projeto e aquilo que se pretende, efetivamente, fazer com estas questões todas que foram sendo levantadas durante a obra. É que se são durante a obra não houve uma previsão orçamental para as comportar, tenho aqui alguma dificuldade em perceber quando e em que moldes aquela ecopista poderá estar concluída.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado.

Só uma nota, penso que tem que ser neste período, penso que combinamos entre quem construiu as questões relacionadas com as comissões da Assembleia que haveria um momento em que, no início do ano, daríamos conta do trabalho de cada uma das comissões. A Sra. Presidente não colocou isso na ordem de trabalhos, sugiro que isso possa ser feito, não é preciso ser na próxima mas na de junho, ordinária, mas penso que estamos com isso em falta, todos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Certo, certo, tem razão.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Mais uma vez, obrigado Sra. Presidente.

Queria colocar aqui algumas questões. Primeiro, a rua Infante Dom Henrique no Pinhal Novo dizer que este arruamento no lado sul da vila apresenta um considerável estado de degradação do pavimento fruto do desgaste ao longo dos anos mas, também, dos vários remendos que vão aparecendo fruto das intervenções em condutas da rede de abastecimento de águas e da rede de coletores de águas pluviais ou residuais, possivelmente, também, de passagem de cabos elétricos, telecomunicações. É uma via com um tráfego por vezes intenso de viaturas ligeiras mas, também, de pesados de passageiros nas suas deslocações diárias uma vez que dá acesso à Escola Básica José Maria dos Santos, ao pavilhão desportivo municipal e à estação dos comboios. De referir ainda que outros arruamentos na mesma zona com menor utilização já receberam intervenções ou seja um pavimento novo em toda a sua extensão e este vai ficando, digamos, esquecido. A nossa pergunta é, para quando uma intervenção que permita um tapete novo em betuminoso nesta rua em toda a sua extensão.

Autocarro Quinta do Anjo/Cabanas/estação de comboios da Penalva e Bairro Alentejano. Com a implementação do PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, vulgarmente conhecido como reduções nos preços dos passes sociais nos transportes públicos, desde o início de abril houve um aumento considerável de passes na Área Metropolitana de Lisboa e o Sr. Presidente deve saber isso melhor do que eu, tem esses dados uma vez que faz parte do Conselho Metropolitano. Segundo a comunicação social foram mais de cento e noventa e cinco mil só entre um de março e cinco de abril, pelo não é descabido afirmar que haja também um maior número de utilizadores de transporte público no nosso concelho fruto de uma medida, que já agora devo dizer que teve o apoio do Bloco, do PCP, dos Verdes e do PS, a direita neste ponto que ficou de fora. Consideramos que há agora uma janela de oportunidade no município de Palmela, enquanto autoridade de transportes local, para voltar a disponibilizar uma carreira através de um operador do transporte público interno que faça a ligação entre as localidades de Quinta do Anjo, Cabanas e Bairro Alentejano com a estação de comboios da Penalva e que desta vez, uma vez que já houve uma experiência, não fosse uma medida de caráter experimental como aconteceu de janeiro a março de dois mil e quinze, já lá vão uns anitos, mas que fosse a título definitivo e a nossa questão é, Sr. Presidente, está o executivo camarário a trabalhar neste sentido?

No circuito urbano do Pinhal Novo, e falando ainda da mobilidade, a Câmara Municipal de Palmela veiculou através da sua página de Internet que o circuito urbano do Pinhal Novo passaria a ser gratuito apenas até à sua integração na concessão de transporte público rodoviário. Refere, ainda, que esta medida visa incentivar os e as munícipes a utilizar o transporte público nas suas deslocações. Com este argumento ficaríamos logo à partida satisfeitos e convencidos mas, no entanto, é preciso lembrar que existem pessoas que apenas têm necessidades de se deslocarem dentro da vila e que não terão vantagem em adquirir o passe. Por isso, temos algumas questões que achamos que merecem da sua parte, Sr. Presidente, esclarecimento e que são as seguintes:

- Quem utiliza o circuito urbano sem que tenha adquirido o passe navegante municipal, vai pagar bilhete ou o transporte será gratuito?

- Não sendo gratuito, quem não tiver o passe social terá algum tipo de discriminação positiva no caso de se tratar de crianças, idosos e desempregados?

Agora cingindo-me aquilo que vem neste documento da informação da atividade municipal, relativamente ao capítulo da proteção do meio ambiente e conservação da natureza, no campo da intervenção do espaço público e fazendo referência ao que está na página quarenta e nove, que apresenta um quadro de ações ou trabalhos de manutenção em áreas verdes e espaço público, constatamos que continua a ser prática corrente a aplicação de herbicidas à base de glifosato. Neste caso, não diga que não Sr. Presidente, das marcas Spasor e Cosmic em extensões bastante consideráveis de espaço público, aqui está referido que são mil e quarenta e cinco ou mil e qualquer coisa metros quadrados, talvez seja um pouco mais. De notar que já existe legislação a proibir o uso deste tipo de químicos nas imediações de estabelecimentos de ensino, jardins e espaços de recreio infantil. De referir que cresce também um movimento que integra OMG's como também já autarquias que aboliram o uso onde está, por exemplo, Serpa que é um município cujo executivo camarário pertence à mesma força política que sua excelência, outros municípios que aboliram uso e investiram em campanhas de sensibilização para erradicação total do glifosato nos seus territórios e por isso salientamos, também, o facto de que, no plano internacional, já existem estados como o Vietname que proibiram o uso de químicos à base de glifosato e é preciso ter presente que a gigante multinacional Monsanto já foi condenada, nos Estados Unidos, a pagar uma indeminização a um jardineiro vítima de cancro e que foi provado em tribunal que o glifosato estava na origem do mesmo.

Voltando de novo à nossa realidade e recuando um bocadinho no tempo até ao ano de dois mil e dezasseis e consultando a ata da sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezasseis, foi apresentada pelo Bloco de Esquerda e aprovada por unanimidade nesta casa a Recomendação "Por espaço público livre do carcinogéneo "glifosato". Recomendação que mereceu comentários do Sr. Presidente cujo conteúdo passo a citar: *"…estamos todos disponíveis para dar um passo de gigante e um passo à frente... porque é nosso objetivo também abandonar este tipo de produtos desde o início….nós queremos fazer este caminho, queremos dar um passo para percorrer este caminho e, portanto, aceitamos a recomendação de muito bom agrado…consideramos é que deve haver um estudo muito sério sobre esta matéria e que deve haver então na Assembleia da República poder legislativo que, de uma vez por todas, tome medidas sobre este e sobre outros produtos e nós cá estaremos para cumprir a lei. Até lá o que estamos a fazer é um esforço muito grande para utilizar cada vez menos estes produtos…"* e o que está aqui na informação municipal é que esse esforço, quanto a nós, tem sido muito pouco.

Nesta mesma sessão da Assembleia Municipal da Bancada da CDU até vieram ideias para o executivo usar como alternativa e volto a citar a ata: *"…na questão dos glifosatos, de referir que para além de todas as mondas alternativas, as manuais, químicas, térmicas, que se poderia também verificar a aplicabilidade da utilização de anti germinantes, ou de retardantes vegetativo.",* infelizmente não só para nós da Bancada do Bloco, como também para toda esta casa, julgo eu, e, principalmente, para os munícipes que utilizam o espaço público e não sabem o perigo que espreita que nos é dado a ver é que em Palmela ainda há um longo caminho a percorrer por este executivo da Câmara Municipal.

Com isto deixamos esta questão:

- Quando estará o Município de Palmela na linha da frente para eliminar o uso do glifosato no espaço público?

Disse Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Tem a palavra, o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu vou aproveitar este ponto, tal como combinámos, para levantar aqui várias questões ao Sr. Presidente.

Eu estou também preocupada com as ecopistas e até com o HUB 10, e gostava de saber a razão da morosidade da obra. Há dias, por exemplo, na ecopista de Quinta do Anjo eu acho que já não vejo lá trabalhadores há umas boas semanas e até já tinha perguntado isto na última Assembleia ao Sr. Presidente. Na questão do HUB 10 também vejo o trabalho muito vagaroso, mas muito mesmo! Vou até fazer um requerimento para consultar o processo do HUB 10, já agora tenho alguma curiosidade sobre alguns pormenores que desconheço, mas gostava que o Sr. Presidente aqui explicasse o que é que se passa, porque parece que no Pinhal Novo está a acontecer o mesmo, e o que é que está a acontecer com as ciclovias porque máquinas e trabalhadores praticamente inexistentes. O que é que se passa? Há algum problema com o contrato, com a empresa, com a adjudicação, com o pagamento? Alguma coisa se passa, pois o trabalho não está a ser desenvolvido. Eu na altura quando fiz a intervenção na última ou na penúltima Assembleia, salvo o erro, em dezembro ou em fevereiro, que foi uma sessão ordinária, até referi que talvez tivesse que haver ali uma maior inspeção das obras por parte da Câmara Municipal.

Para além disso, gostava de saber relativamente a alguns requerimentos que foram feitos pelo CDS-PP, outros pela Coligação, relativamente ao assunto da toponímia para Brejos do Assa, porque muitas vezes são requerimentos, são aconselhamentos, mas que merecem uma resposta, não vamos fazer, vamos fazer, digam-nos qualquer coisa, assim como algumas sugestões que fizemos na Rua Caixinhas, e que também foi enviado para a Câmara. A proposta para um parque infantil na zona de São Brás, Rua Florbela Espanca. Estou preocupadíssima porque não tenho respostas sobre a situação da toponímia no Golf do Montado. A última informação que obtivemos junto dos CTT é que não têm informação nenhuma. Eu agora também questionava, afinal em que freguesia é que os moradores, por exemplo, do Golf do Montado, que é o caso concreto que aqui está, onde é que vão votar? Nem eu como eleita consegui perceber ainda, se bem se lembram e se o problema foi levantado pelo CDS em reunião que requeremos e na qual estivemos reunidos com o Sr. Vereador Adilo. A sugestão que fizemos foi que todo o processo estivesse terminado até dezembro, mas pelos vistos não está e gostávamos de saber qual era o ponto da situação.

Temos inúmeras reclamações sobre alguns pedidos de reparação de vias em alcatrão, mas isso iremos enviar para o Sr. Presidente diretamente e depois será encaminhado para a Vereação.

Também já aqui foi falada a situação de um poço a céu aberto, ou vários, temos referenciado um poço a céu aberto e sem proteção na Venda do Alcaide, mesmo ao lado da ponte que passa por cima da linha férrea, gostávamos que também fosse visto esse assunto.

Depois temos que, relativamente à obra que foi feita na parte pedonal do cemitério, enaltecer a obra. Mas, na questão da mobilidade eu gostava que, às vezes, fizéssemos assim uma espécie de ensaio vivo ou seja, por exemplo um cidadão de cadeira de rodas a fazer o percurso entre a rua Francisco Carvalho da Silva seguindo pela avenida da Liberdade até aos correios e cumprir a tarefa de se deslocar ao notário ou às finanças. O que se verifica é que qualquer cidadão portador de deficiência e dentro da localidade de Palmela, que ganha prémios sobre a mobilidade e até ficamos contentes com isso, mas no centro da vila de Palmela acontecem casos destes de imobilidade para cidadãos portadores de deficiência a locais que são de atendimento público e de deslocação obrigatória a maior parte das vezes, a não ser que as pessoas trabalhem tudo com a internet. Temos que, no plano da mobilidade ir mais além, sobretudo no ensaio destas situações de deslocação aos serviços públicos. E já nem vou falar dos edifícios públicos porque até a

nível nacional existe a falta de mobilidade para cidadãos portadores de deficiência. Aqui refiro, que quando estivemos no Executivo da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, isso por acaso ficou resolvido, mas muitos edifícios públicos mesmo do Estado Central continuam com esses problemas.

Por último, gostava de saber se já há avanços sobre a escola de Cabanas, porque a de Quinta do Anjo na penúltima reunião o Sr. Presidente disse que estaria terminada a obra em junho, se bem me lembro. Na escola de Cabanas aquilo continua com mato, com a placa a dizer que o empreiteiro era não sei quantos, eu acho que isto também é uma questão de imagem do concelho.

Agora mesmo finalizando tenho a lamentar que mesmo com todas as "benesses" que este Governo deu o concelho de Palmela não considero que tenham sido dadas grandes "benesses", porquê? A questão dos transportes e que aqui o Bloco de Esquerda falou, nós já falámos isso há dez anos, ou mais quando estávamos na Junta de Freguesia de Quinta do Anjo e já referimos isso aqui na Assembleia Municipal também. É que termos os passes é bom, agora se não temos transportes para usar o espaço é que é pior. O Sr. Presidente disse que tinha sido feito um estudo de mobilidade para o concelho e nós queríamos ter acesso a esse estudo e às propostas que estão a ser feitas para o concelho, não basta defendermos não haver portagens, isso não é a solução só por si. Continuamos preocupados com a mobilidade no concelho, mas continuamos preocupados também com a sinistralidade, a falta de obra e agora é para as infraestruturas de Portugal, nas estradas nacionais e naquela grande obra que viria para o concelho e que todos em campanha eleitoral concordamos e agora dirigi-me ao Sr. Vereador do PS Raul Cristóvão, pois é para a sua Escola: onde está o Pavilhão desportivo da Escola Secundária de Palmela de que nunca mais ninguém falou? Está tudo caladinho mas eu gostava de saber se tem havido algum avanço no assunto. E para já, é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o MIM, Luísa Paulino."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Boa noite, Sra. Presidente.

Eu gostaria de deixar aqui umas sugestões de determinada área do Pinhal Novo se fosse possível depois a Câmara analisar para fazer uma alteração ou um jardim ali ao lado do Centro Comercial de Dovari. Aquela zona do sul é uma zona de pessoas muito idosas e eu sugeria se fosse possível que o Sr. Presidente tomasse as diligências necessárias, caso seja possível, para colocar ali dois ou três instrumentos de ginástica à semelhança do jardim principal do Pinhal Novo. O jardim apenas só tem lá uma árvore ao meio o resto é relva e não há atividade nenhuma ali, seria bom colocar ali um aparelho ou dois ou três para atividade, alguns bancos de jardim, porque não tem ali um único banco de jardim e as pessoas gostam de ir para ali passear e ver os carros passarem e é uma questão de lazer e também o bebedouro que lá está não têm água.

A outra sugestão era nessa rua atrás, na rua onde está a oficina do Felizardo que eu não me lembro o nome, se havia possibilidade também de colocar lá um gatil, uma casa para recolha de gatos vadios que existem bastantes naquela rua e os moradores alimentam-nos e cada vez se reproduzem mais e aquilo é um pandemónio, se havia possibilidade também de colocar ali um gatil.

Era os bancos do jardim, os equipamentos de ginástica para as pessoas mais idosas e a plantação de mais uma árvore ou duas, porque no verão é impossível estar ali naquele pedaço de jardim, porque não existe absolutamente sombra nenhuma.

Também no Centro Comercial Dovari existem ali próximo algumas pessoas com mobilidade reduzida com cadeira de rodas, não sei se é da responsabilidade da Câmara mas fazer uma rampa para o Centro Comercial para poderem subir.

Outras duas questões é o asfalto na avenida da Liberdade, ali a partir do Clube Desportivo Pinhalnovense o alcatrão está a ficar concavidades, está em mau estado, daí até ao cruzamento da rua Samuel Lupi, onde

está o Firmino e toda esta rua do Firmino até à estrada nacional, daquele lado parece-me que são as duas que estão em pior estado e que não têm melhoramentos há muito tempo, portanto apelava no sentido se podia ponderar, se podia dinamizar aquele bocado de jardim, aquela zona que é de gente de muita idade e que era ótimo Sr. Presidente ter ali dois ou três equipamentos, uma árvore ou duas para ter mais sombra e colocar ali dois ou três banquinhos de jardim de madeira, porque tenho a certeza que iriam dar muito mais comodidade ali àquelas pessoas.

É tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não vi mais nenhum pedido de intervenção, peço desculpa, Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Apenas duas questões rápidas, visto que a maior parte das questões já foram colocadas que eu tinha aqui para colocar, e que tem a ver com as obras no Jardim José Maria dos Santos, para quando é que se prevê o recomeço das mesmas visto que penso que estão agora paradas e não estão terminadas.

A outra questão tem a ver com a iluminação pública, pelo menos no Pinhal Novo, não tenho conhecimento se em mais algum local do concelho, mas a iluminação ainda ontem era noite cerrada e nas vias principais, como por exemplo a avenida Alexandre Herculano a iluminação está ainda apagada, cerca de um quarto para as nove, dez para as nove já noite cerrada, se não há possibilidade de regular o relógio para se ligar pelo menos uns minutos antes do cair total da noite.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais uma intervenção para terminar, Teresa Marta."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

São dois temas que já trouxe, mas que, entretanto, tenho mais informação e só para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: em relação ao painel que caiu do viaduto da rua António Sérgio, ele continua lá, o que está ao lado também já está um bocado, digamos assim, combalido se o Sr. Presidente, entretanto, já teve informação de quando é que poderá ser feita aquela substituição e reparação e em relação à questão da inversão do sentido de marcha na lavagem automática também na rua António Sérgio, de facto, o Sr. Presidente tem toda a razão em relação à questão que referiu na última Assembleia Municipal ordinária em relação aos pinos que lá estão. Acontece que não foram retiradas as linhas descontínuas ou seja, quer dum lado quer do outro há o traço contínuo mas continuam a ver as linhas descontínuas, o traço descontínuo, dos dois lados, o que significa que para o condutor comum isso poderá induzir em erro e poderá ser um dos motivos pelos quais o condutor continua ali a fazer a inversão, porque mantiveram-se os descontínuos quer quem me sai da lavagem automática, quer quem entra na lavagem automática.

Era só era só isso, mas é uma questão de se passar e ver creio que basta apagar, dá ideia no fundo que nós podemos fazer a inversão, está lá o descontinuo à mesma.

Obrigada, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então terminamos as questões pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer tentar responder?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Muito obrigado pelas questões apresentadas.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, se consultar a página treze, depois, compreende melhor esta questão é evidente que vai havendo entradas e saídas, estão doze entradas, oito saídas, o saldo é mais quatro, portanto, oitocentos e oitenta e sete mais quatro, oitocentos e noventa e um.

De facto, duzentos e cinquenta Assistentes Operacionais ainda a ganhar o salário mínimo, daí a dificuldade de recrutar, não é só empresas que querem, nós para recrutarmos um motorista tem que vir ganhar o salário mínimo por isso abrimos concurso e apareceram quatro dos quais três apenas estavam habilitados para concorrer, enfim, daí algumas forças políticas considerarem que os seiscentos e cinquenta euros e a necessidade de rever todas as carreiras na administração local, que foram empacotadas há muitos anos, não interessa agora por quem, para ninguém se sentir ofendido, isto merecia uma grande alteração por forma a podermos ter os profissionais mais habilitados a concorrerem à Administração Local em várias funções na base da carreira.

Ecopista de Pinhal Novo, os problemas que referi foram e volto a citá-los, nós tivemos ali alguns problemas com proprietários que sem terem licenciamento nas Infraestruturas de Portugal para terem entradas e saídas no canal ferroviário, nós procurámos levá-los a fazer as entradas e saídas pelos mesmos locais, mas depois de equacionarmos lá outras soluções tivemos que alterar ali o projeto e nalgumas zonas a ciclovia tem uma zona chamada mista onde é possível circular os carros para entradas e saídas nessas propriedades e evitámos criar ali algumas questiúnculas complicadas com alguns daqueles proprietários. Ora, isto numa obra candidatada a fundos não é mandar fazer e depois logo se se acerta as contas, obriga, naturalmente, a alteração do projeto em obra, obriga a um trabalho minucioso de trabalhos a mais, de trabalhos a menos, para depois se poder desenvolver a obra. Quer nesta, quer noutras obras tem havido também da parte das empresas algumas desculpas com o ritmo das empreitadas relacionadas com a dificuldade de alguns trabalhos especializados e de mão-de-obra. Depois como muitas delas para meter o alcatrão trabalham com uma, para fazer a construção civil trabalham com outra, para comprar o equipamento, vedações, mobiliário urbano, trabalham com outra, tem havido, enfim, é por todo o lado já falaremos disso mais adiante, certamente, porque isto não é uma queixa do município de Palmela para os senhores terem um bocadinho a ideia, problemas desta natureza que não têm permitido desenvolver os trabalhos ao ritmo que estava inclusivamente planeado já após as suspensões da contagem dos prazos. As suspensões tiveram acolhimento, a Câmara acolheu porque há pedidos de prorrogação e pedidos de suspensão que a Câmara não acolhe e outros considera que há razões e ao abrigo do Código dos Contratos Públicos há razões para isso, embora não queiramos, mas temos de anuir porque as empresas também têm esse direito. Depois na ecopista de Pinhal Novo, há aqui algum pormenor algumas das empresas que estão lá instaladas, com processos de licenciamento muito antigos, anteriores inclusivamente ao Plano Diretor Municipal, viemos a verificar coisas que nenhum projeto pode prever, que é o facto dessas empresas com vastas áreas impermeabilizadas no interior das suas propriedades não terem bacias de retenção ou coletagem de pluviais e meterem todas as águas escondidas em tubos para a antiga linha férrea porque aquilo esteve abandonado uma série de anos e assim foi. Se me disser assim, se calhar houve aí também alguns problemas no projeto, houve, por exemplo na quantidade de balastro que se previa que ainda estivesse na via e que não está e que inexistindo nalgumas zonas obriga ao reforço de colocação de *tout-venant* e de outros inertes para compensar, para que não venha haver desmoronamento dos taludes que suportam o próprio corredor da ciclovia. Mas, de resto, grande parte destes trabalhos não previstos têm que ver, por um lado, com a tentativa de resolução complexa de questões de linhas de água, de atravessamentos, de alterações de projeto e de tentativa de conciliação de alguns usos e de algumas práticas que ali há com os moradores, para não lhes fechar as entradas e saídas para as suas propriedades porque também as emparcelaram,

aquilo dantes era uma propriedade única, tinha uma entrada e uma saída algumas pelo aceiro Francisco Silvestre, estou-lhe a dar estes pormenores porque o senhor é de lá conhece, cá por cima, mas que, entretanto, por partilhas e outras coisas hoje estão impedidos de utilizar aquele acesso e portanto utilizam o acesso. Não se sabia, não, e aliás por incrível que pareça, e o senhor sabe que a vida é assim, há quem, inclusivamente, aproveite o início das obras para fazer muitas outras coisas do ponto de vista da sua propriedade. Os trabalhos, houve um auto de suspensão e houve agora trabalhos a mais e trabalhos a menos, que estão a ser executados. Não me consigo comprometer com uma data, precisamente, porque temos tido alguns dissabores mas, por outro lado, posso dizer-lhe a data que está naquilo que está contratualizado neste momento, o cronograma aponta para a conclusão dos trabalhos no final de maio. E não se trata de pavimentar ou não porque isso pavimenta-se em dois ou três dias, há ainda muitas coisas a fazer em termos de vegetação, colocação de vedação nalgumas zonas por uma questão de segurança, sinalética, mobiliário urbano, mas tudo isso é o mais simples porque é comprar e montar, o problema são estas alterações ao projeto.

Carlos Oliveira, a rua Infante Dom Henrique está nas Grandes Opções do Plano que às vezes é preciso ler um bocadinho com mais detalhe. Nós só avançaremos para uma repavimentação desse troço e já agora convém às vezes, também, sinalizar bem as coisas porque a rua Infante D. Henrique começa na antiga rua do Gama e estende-se até ao viaduto sobre o caminho-de-ferro antes da bifurcação para o bairro do Pinheiro Grande, o estado da via não é aquele que descreve na totalidade da rua. Há, de facto, o troço entre o cruzamento com a 25 de Abril, que é o mais utilizado e o mais antigo, e a rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral que tem vários remendos que foram feitos por obras e infraestruturas ao longo dos anos e a repavimentação está dependente de duas obras complexas que ali temos agendadas para fazer para dois mil e vinte e a repavimentação só será em dois mil e vinte e um como, aliás, está previsto para os restantes arruamentos daquele núcleo urbano antigo do lado sul, porque foram feitas umas transversais e não foram feitas as outras no sentido norte/sul. E porquê? Porque vamos ter que alterar, e é uma obra que obedece a projeto e licenciamento porque depois passa por baixo da linha das Infraestruturas de Portugal, da Refer, um novo coletor de domésticos que tem ali uns problemas que se agravam mais ou menos na zona dos reformados e do Pavilhão Desportivo Municipal e uma solução de drenagem pluvial que também vai ter que passar por debaixo da linha e em sentido contrário para evitar problemas nalguns edifícios que sendo muito antigos sempre tiveram uma quota desfavorável e que podem vir a inundar, como às vezes acontece em momentos de forte pluviosidade com a nossa SFUA que, por vezes, tem a sala inundada por causa de problemas antigos e por várias soluções que lá temos procurado implementar que não resolvem, só resolvem quando, de facto, houver ali uma grande alteração dos pluviais. São obras que estão a ser estudadas tecnicamente, a ser orçamentadas e o calendário que está nas Grandes Opções do Plano é dois mil e vinte para as infraestruturas e dois mil e vinte e um para a repavimentação. Até lá vamos procurar melhorar, com a administração direta, fazendo uns tapetes mais consistentes nalgumas zonas que estão a desmembrar-se.

Autocarro, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, eu, às vezes, fico preocupado porque acho que algumas coisas que são discutidas em reunião de Câmara não chegam, se calhar, aos Srs. Vereadores, não leem, não acompanham, não leem a informação municipal, mas eu sobre esta matéria da mobilidade volto a dizer, isto é público está escrito em todo o lado, neste período até ao novo concurso público internacional e entrada em vigor da nova concessão, carreiras experimentais e novos circuitos têm sido recusados pela Área Metropolitana de Lisboa por questões que põem em causa o concurso, que põem em causa a concorrência e nós, recentemente, pedimos que fizessem um circuito já na Quinta do Anjo, que transformassem, e esse ainda é possível, um circuito de transporte escolares desde o Bairro Alentejano/Bairro dos Marinheiros/Quinta do Anjo/Palmela em circuito regular, permitindo que outros utilizadores o tomassem que não apenas o circuito especializado de transporte escolar, porque há massa crítica para isso, aquilo é um circuito que se paga a si próprio, ao contrário de outros que as operadoras vão ter de fazer não terão, se calhar, um grande benefício mas dá uns para os outros. Entre outras medidas, o próprio circuito urbano tentámos mete-lo já no plano da concessão e não foi, nem sequer foi permitido que fizéssemos nós novo concurso nos termos que costumávamos fazer. Aquilo que temos agora, se calhar, qualquer dia é de quatro meses temos que voltar a fazer outro até à entrada em vigor é uma coisa transitória, ou seja esta nova legislação e este novo quadro concursal limita-nos na experimentação antes do concurso e não temos conseguido que a Área Metropolitana, entenda-se, e o IMT - Autoridade Metropolitana de Transportes

aceitem novos circuitos, novas concessões, mesmo em regime experimental, até ao pacote de concurso que tem de ser estabilizado. Como devem calcular, e também me têm ouvido dizer isso, o nosso esforço de comparticipação nesta grande medida, que a história encarregar-se-á de confirmar a sua justeza para quem ainda tem dúvidas e que, também, encarregar-se-á de identificar quem é que trabalhou para que ela acontecesse, eu até achei muita piada à sessão que tivemos ali em Setúbal com o Costa e com o Sr. Ministro em que já havia os pais da ideia, os padrinhos, os afilhados, as mães, os pais e tal, mas isto, de facto, foi um esforço conjunto grande, mas que só fica completo com a melhoria da oferta. Esta questão da melhoria da oferta e se quisermos falar só do modo rodoviário temos um discurso, se quisemos falar dos outros modos temos que ter um discurso muito mais abrangente, é o que têm feito sucessivas autoridades de transporte e governos nos últimos vinte anos nesta matéria é que não se fez nada para agora também meter um bocadinho isto nas mãos das autarquias mas, por enquanto, é só o rodoviário nas mãos das autarquias. A melhoria da oferta vai obrigar a um esforço financeiro ainda maior que não pode ser só por parte das autarquias, vai ter que ser acompanhado seja por um novo PAT, seja por um fundo ambiental ou por outra coisa qualquer porque a questão do financiamento dos transportes continua por resolver não vai lá com programas extraordinários, nós não sabemos se no Orçamento do Estado do próximo ano vai haver a comparticipação do Estado Central, isto tem que se definir que o financiamento dos transportes tem que ir a muitos impostos que nós já pagamos sobre produtos petrolíferos, sobre isto, sobre aquilo, portagens, etc., que é aí que temos que ir buscar receita para os transportes. Mas quero dizer-lhe que, mesmo hoje, a Sra. Vereadora teve uma reunião do Conselho Metropolitano onde o conjunto dos vereadores procuraram consciencializar o pacote que vai a concurso e não vai ser possível meter tudo aquilo que todos os municípios querem, até ver ainda não recusaram nenhuma das nossas propostas. Dizer-lhe que estamos empenhados nisso, mas que estamos constrangidos porque isto não é uma coisa que o município faça um concurso, agora temos que ir a jogo todos em conjunto e esperemos que o concurso corra bem. Uma das questões que procurámos até na experimentação foi com os Transportes Coletivos do Barreiro, mas os Transportes Coletivos do Barreiro têm que esperar pela concessão também e por vários lotes, eles podem ser concorrentes a um lote e não ser concorrentes a outro, porque lá está a Autoridade Metropolitana também não permite que isto seja feito agora avulso. Estamos empenhados nisso e não vamos é cair na esparrela, mas ainda bem que a Autoridade de Transportes também não o permite, de ir atrás de dois ou três rebuçadinhos que os TST querem dar, mas é por troca de acabarmos com outras carreiras, não sei se me faço entender, e isso não. Por isso vamos fazer o concurso e depois logo se vê quem são os operadores, podemos ter vários, e se vamos ter ou não ter contemplados os circuitos que estão lá identificados e que temos justificado bem que eles têm não só razão para cumprir aquilo que são os níveis mínimos de serviço público de transportes, que isso também está legislado, ligação entre localidades, etc., e aquilo que temos que articular com as soluções de transporte dito flexível ou transporte a pedido que é algo que muitos municípios já experimentam no norte e centro do país e que aqui na Área Metropolitana também terá que ser experimentado nalgumas zonas.

Circuito Urbano do Pinhal Novo, pois bem se ele entra na concessão, tem de pagar bilhete, ponto, como paga no metro, como paga em qualquer operador na Área Metropolitana de Lisboa, mas o Navegante doze até aos doze anos é gratuito. O passe social, o passe família, o passe mais sessenta e cinco custa vinte euros, lá está, antes o passe do circuito urbano custava mais de vinte e dois euros era vinte e dois euros mais sete do passe de carregamento, vai ter que ser integrado como outros, é que qualquer circuito vai ter que ser integrado nisto porque é obrigatório que assim seja não há concessão, até a ligação das escolas aqui e Centro Histórico, etc., vai ter que entrar tudo na concessão porque é assim que tem que ser.

Herbicida, meu caro não vale a pena estar aqui com grandes filosofias, nem grandes demagogias, sobre o assunto e o tempo também dirá de todas essas investigações e estudos. Eu não contesto nada do que é dito sobre a matéria apenas peço um bocadinho de bom senso. Nós estamos a utilizar muito menos do que utilizámos no ano passado e do que já utilizámos há dois anos e há anos atrás. Temos testado vinagre, sal, outras misturas, estamos a testar ácido pelargónico, temos já aqui as marcas identificadas, está ali uma especialista nestas coisas, o Gladium e o Chikara e outras coisas que são mais caros do que o melhor vinho da Ermelinda Freitas, também devo dizer. Faremos estas experimentações, temos reduzido, penso que no segundo semestre do ano teremos condições para trabalhar nisso, temos cortado que é um esforço e uma despesa maior, adjudicando a empresas, dou-lhe um exemplo, Val'Flores em Pinhal Novo que é uma imensidão de espaço para tratar, vê lá as ervas secas mas foi porque foram cortadas agora quando chover

veem todas viçosas outra vez, não foi porque levaram qualquer química. Temos reduzido, substancialmente, vamos reduzir, vamos experimentar outros produtos que custam mais caro, vamos adquirir um equipamento de monda térmica, ainda bem que não fomos dos primeiros a comprar porque agora há mais eficientes e melhores e elétricos, inclusivamente, e estamos a fazer esse caminho e é assim que tem que ser feito até comprovarem que, efetivamente, aquilo é assim ou assado. Eu volto a dizer, estou muito preocupado com aquilo que a gente come, que leva estes produtos todos lá nas zonas onde os legumes são plantados, porque de resto as percentagens e a forma como são diluídos e aplicados também tem cuidados que não têm esses impactos alarmistas que, às vezes, se pretende aí propagandear mas confesso-lhe que a recomendação está a ser acolhida, agora estas coisas são progressivamente.

Ecopista de Quinta do Anjo, a última informação que tenho é que nas últimas duas semanas houve uma paragem dos trabalhos, depois de ter avançado muito rapidamente, porque a obra começou muito bem, desenvolveu-se muito bem e digamos que, oficialmente, está dentro do prazo mas há problemas de pessoal com a desagregação das empresas aquilo é um consórcio, quando elas se zangam é complicado mas nós faremos cumprir o contrato, como é óbvio, e procuraremos que a obra fique dentro do prazo até ver. Está atrasada no nosso entender, mas ainda está dentro do prazo.

HUB10, estamos só à espera, não vale a pena repavimentar sem se fazer ainda a grande obra, nós tivemos ainda, recentemente, com muita dificuldade em assinar os contratos das escrituras e as últimas expropriações para fazer uma rotunda em condições, porque se não a senhora ia dizer fizeram lá uma rotunda e aquilo não resolve nada, não é uma rotunda muito *sui generis,* temos esses aspetos já dirimidos, tivemos que fazer um projeto novo para a rotunda até para evitar outras confusões maiores com outros proprietários e esperamos que a empresa em breve inicie rotunda. Depois de fazer a rotunda os pavimentos etc., é muito rápido. Entretanto, como foi tornado público na semana passada, já temos um concurso para projeto da segunda fase dentro do mesmo layout, digamos, embora com desafios maiores ao nível da drenagem pluvial.

Toponímia/Golfe do Montado, de facto, verifico aqui que não lhe foi oficialmente respondido, mas pensei que até no âmbito da informação que vai circulando de outra forma isto já foi à Comissão de Toponímia, já foi aprovado, os editais já foram publicados nos jornais, já foi a reunião de Câmara, as placas são entregues na Junta e a Junta vai começar a pôr, e os moradores estão informados e agora cada um tem que solicitar o número de polícia.

Brejos do Assa, deixe-me só dar-lhe a informação, se não gostar da informação volta…"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas a questão que eu levantei essa informação está toda dada aos Correios?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Com certeza, os Correios fazem parte da Comissão de Toponímia Sra. Membro da Assembleia."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Está tudo dado, é isso?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, então os Correios fazem parte da Comissão de Toponímia é obrigatório estão lá e têm estas informações de todas."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu sei que fazem parte, porque eu já fiz parte da Comissão de Toponímia."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Brejos do Assa, recebemos dum partido uma sugestão, a Junta de Palmela também apresentou um abaixo-assinado, ficámos de analisar e fazer uma consulta aos moradores porque participação também é ouvir diretamente os moradores e será levada a Comissão de Toponímia e aprovar essas coisas até é o mais prático.

Questão das acessibilidades aos serviços públicos, estamos sempre disponíveis para discutir e fazer melhorias no espaço público, é bom e que esses serviços públicos também os tenham, mas quero recordar que estão marcados dois lugares para cidadãos portadores de deficiência à porta desses e depois também não estou a ver que alguém venha de cadeira de rodas desde lá debaixo até cá acima, porque isso em lugar nenhum do mundo, com aquela subida íngreme, isso funciona. Nós o que procuramos é nos estudos que temos sobre acessibilidade ter um percurso acessível, porque nós não estamos a planear depois de dois mil e seis, nós estamos em zonas antigas com Centro Histórico, com planeamento, a lei das acessibilidades só existe a partir de dois mil e seis, há que ir corrigindo e ter pelo menos num dos lados da estrada um passeio com um metro e meio livre de obstáculos, e os rampeamentos vamos fazendo. Ganhámos vários prémios na mobilidade e na acessibilidade por intervenções faseadas em vários locais e temos assumido cada vez que recebemos um prémio que é um compromisso para continuarmos a fazer, o nosso maior prémio é ir fazendo e servir as pessoas.

Os transportes penso que já respondi em parte, estas questões sem o concurso e sem o pacote estar na rua também não vos consigo dar mais informação.

Luisa Paulino, aceitamos a sugestão, aliás, já tínhamos falado também lá com alguns moradores, há ali outros problemas de uso do espaço, nomeadamente com os canídeos. O bebedouro esteve sem água, não sei se está, é por causa duma intervenção de reparação que foi feita na rede de rega e depois demorou um bocadinho até para completar porque foi necessário fazer uma nova caixa, porque as tampas de metal também são roubadas em muitos sítios, aceitamos a sugestão. Nessa questão dos gatos é importante primeiro ir ao local fazer o reconhecimento se é colónia, o tratamento, se esterilização etc., a colocação dos gatis isso obedece aí a uma outra contratualização com moradores e temos que escolher bem o espaço público, porque senão qualquer dia os passeios estão cheios de casinhas para colónias de gatos e vivendas de gatos. A rampa do centro comercial deverá ser o próprio centro comercial a tratar, lá está são edifícios que foram feitos em épocas em que ninguém exigia a lei das acessibilidades, como é que descemos às lojas da cave? São edifícios feitos noutros tempos, isso acontece em todo o mundo. As reparações na avenida da Liberdade e na Samuel Lupi fá-la-emos assim que conseguirmos, também, colmatar outros problemas que estão, isso está na lista de trabalho.

Amigo Roberto Cortegano, José Maria dos Santos, o senhor estava ausente da sala quando eu referi oito de julho é a data mas é normal que mesmo antes de oito de julho consigamos fazer lá uma outra intervenção que não colide com os eventos. A Alexandre Herculano, acerto do relógio, vamos tomar nota mas temos hoje, aqui, condições para ir logo à aplicação e perceber que aquilo está para as oito e vinte e um é evidente nos dias em que é que está mais escuro, como foi nestes últimos dias, infelizmente, amanhã parece, também, a sensação de falta de luz é maior, mas o Sr. Vereador vai ver se é possível afinar basta-nos mandar esta informação para a EDP.

Teresa Marta o painel do viaduto da Rua António Sérgio não tenho informação, penso que já foi comunicada às Infraestruturas de Portugal mas não tenho informação. A questão do sentido de marcha e o descontínuo, a seguir aos pinos está lá, de facto, um tracejado mas esse tracejado é para evitar que a pessoa que vem nesse sentido norte/sul que tem lá uma garagem possa entrar na sua garagem. Se há mais alguma incongruência lá mais à frente vamos analisar, mas atenção eu tenho aprendido muito com estas coisas, com os nossos técnicos e com as normas da Direção Geral de Viação, uma sinalização horizontal de *per si* tem de ser apoiada também numa sinalização vertical e para quem, efetivamente, sai daquela estação de lavagem há um sinal vertical que proíbe. Mesmo um senhor agente que multe lá alguém que faça e diz, ah! mas eu fiz porque está aqui o tracejado, não cola a multa segue na mesma, porque estava lá o vertical,

portanto, há também esta questão de redundância mas vamos procurar ver se é possível corrigir para não criar confusão.

Penso que respondi o fundamental."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O Sr. Presidente não me respondeu a quatro das minhas questões."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pois, ainda bem, já é meia-noite, desculpe, fica para a próxima.

De certeza que no ponto seguinte há espaço para isso, veja lá se é mesmo indispensável."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas recorde-me."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Pavilhão da Escola de Palmela, estradas nacionais, pavimentação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não há novidades."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É simples, trezentos e setenta e nove, pedimos para ver o projeto reuni com as Infraestruturas de Portugal na sexta-feira passada, ainda não tem projeto, tem estudos prévios que hão-de dar origem ao projeto, falam-nos na sua melhoria, repavimentação, sinalização e até algumas alterações de entradas/saídas, zonas de escapatória, etc., em dois mil e vinte, isto fresquinho é de sexta-feira passada.

Pavilhão da Secundária, nós temos um acordo de princípio mas como eu digo, também, penso que na informação à Prestação de Contas ainda não temos protocolo assinado, estará dependente de quem manda nisto tudo que, infelizmente, não sou eu é o Mário Centeno.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, é mais de meia-noite e temos de deliberar se continuamos a nossa sessão ou se queremos cá voltar amanhã.

Pergunto se estão de acordo em continuar?

Ninguém se opôs, vamos continuar.

Sr. Presidente da Câmara, vamos entrar no ponto verdadeiramente importante da noite, mas o período de antes da ordem do dia também foi muito importante, temos então a Prestação de Contas."

PONTO DOIS – Prestação de Contas 2018.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, peço que quer a proposta quer a introdução sejam transcritas na íntegra e vou correr o risco de não fazer aqui sequer a escolha e o sublinhado dos aspetos essenciais. Partindo do princípio que as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia terão tido oportunidade de ler o documento, se calhar, reservava-me para as questões e depois acrescentaria duas ou três notas se for caso disso.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, a Prestação de Contas está aberta à nossa discussão.

Vou dar a palavra ao Partido Socialista, José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu só farei duas perguntas e, portanto, espero que sobre os outros meus comentários o Sr. Presidente não gaste o tempo que não gastou na intervenção.

Uma primeira nota para o atraso da entrega do documento do ROC, o documento do Revisor Oficial de Contas tem uma data que é dez de abril, não sei o que é que se passou nos serviços sei que nos chegou no dia vinte e dois de abril às quinze horas e oito minutos, não que lá diga muita coisa de grande relevância que não estejamos já habituados a ler, mas acho que teríamos, no mínimo, que ter feito alguma nota sobre a dificuldade, se é o que estão a dizer que eu aceito e acredito, sobre isto.

Relativamente ao que o Sr. ROC escreve eu só gostava de referir esta questão da opinião com reservas que aqui são trazidas e que têm a ver com duas notas muito breves. *"Auditámos as desmonstrações financeiras do município, nos valores… bases para a opinião com reserva…*", vou-me situar só aqui "*O Património e o Balanço estão afetados negativamente devido ao facto de não estarem ainda totalmente regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias e outros. Por não estarem estimados os valores que estes bens podem atingir, não nos foi possível quantificar o valor da Reserva o que limitou o âmbito da nossa ação.".* Enfim, não sendo significativo tem muito a ver com aquilo que é o excedente do município em termos da conta final, sim se houvesse tudo com certeza que as provisões que os senhores teriam aqui deixado seriam superiores aqueles oitocentos e vinte e cinco mil euros que deixaram.

O documento está como é habitual, está feito pelas mesmas pessoas, os mesmos moldes…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"As mesmas pessoas?"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Sim, pelas mesmas pessoas, as mesmas pessoas, o executivo."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pensei que se estivesse a referir ao documento do ROC."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não, o documento do ROC já passou, o documento do ROC só tenho isto estou a falar já da Prestação de Contas.

Em relação ao documento do ROC a minha dúvida é esta só, mais nada, e é evidente que a outra nota que dei tem a ver já com Prestação de Contas e não com o documento do ROC.

Temos aqui algumas questões que têm muito a ver com aquilo que é o apresentado em Orçamento, aquilo que que é o concretizado e depois aquilo que é o tipo de comparação que é feita rubrica a rubrica em função de, muitas vezes, daquilo que mais nos convém ou seja se nós queremos comparar orçamentos ou comparamos orçamentos iniciais com as prestações ou comparamos orçamentos intermédios, após a inclusão do saldo, com as prestações ou então não conseguimos aqui ter uma noção quando se compara, às vezes, dados de partida e outros dados onde já estão incluídos os saldos do ano anterior. Dar-vos-ei alguns exemplos nos meus cinco minutos.

As Grandes Opções do Plano, diz o Sr. Presidente, na apresentação do orçamento para dois mil e dezoito, que tem vinte e oito virgula seis milhões de euros com financiamento aprovado ou seja em dezembro de dois mil e dezassete o senhor diz-nos, aqui, que já tem vinte e oito ponto seis milhões de euros com financiamento aprovado. O que é que aconteceu entretanto? Após a primeira revisão em dois de maio de dois mil e dezoito são incorporados trinta e quatro ponto um milhões de euros, mas eu não me vou preocupar com os trinta e quatro ponto um eu vou-me preocupar com aquilo que o senhor disse, aqui, que estava um financiamento aprovado e que era qualquer coisa como vinte e oito ponto seis. Afinal como é que ficaram as GOP? Com vinte e três ponto três milhões de euros. Na Prestação de Contas aparecem vinte e três ponto três milhões de euros, então se o senhor já tinha vinte e oito ponto seis com financiamento aprovado, se tinha depois trinta e quatro ponto um depois de incorporar o saldo há aqui alguma coisa que está mal, eu se fosse da Bancada da CDU não ficava nada confortável com estes números, não ficava, claramente não ficava."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Tem é que explicar o seu raciocínio."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"O meu raciocínio é muito simples, é tão simples como as plantas que nascem sem levar o fosfato.

Em termos de Pessoal o senhor tinha previsto dezoito ponto sete milhões de euros dizendo que diminui em zero ponto cinco relativamente ao orçamento inicial de dois mil e dezassete e aqui já fala do orçamento inicial de dois mil e dezassete. Afinal aquilo que se gastou foi dezoito ponto um milhões de euros que sofreram um acréscimo, diz o senhor, agora nesta proposta comparativamente com o ano anterior, com o ano anterior ou com o orçamento inicial de dois mil e dezassete? É que temos aqui que nos decidir, porque senão andamos aqui às contas.

O Orçamento previa de orçamentos indiretos dezanove ponto seis milhões de euros, prevendo também um aumento de zero ponto cinco, afinal são vinte e dois ponto quatro milhões de euros, são três milhões de euros de diferença, três milhões de euros são cerca de onze por cento, não é propriamente um valor muito baixo em relação àquilo que seria previsível.

O IMT, seria previsível este um ponto nove de milhões de euros a mais, o IMI já nas suas palavras perderíamos muito dinheiro, afinal de um ano para o outro acabou por crescer. O Orçamento apresenta um valor global de quarenta e nove ponto dois, com um aumento de oito ponto um relativamente ao Orçamento de dois mil e dezassete e quatro ponto seis face ao Orçamento em vigor, estou a citá-lo, a isto juntaram-se seis ponto um milhões de euros no saldo transitado que afinal a receita ficou nos quarenta e seis ponto quatro. Ora se nós juntarmos os quarenta e nove aos seis chegamos aqui aos cinquenta e quatro e temos uma receita de quarenta e seis e isto vai tudo dar, o Dr. Paulo Pacheco é um homem que está sempre a seguir estas coisas, muito atentamente, aos tais nove ponto seis milhões de euros de saldo transitado e o

senhor vai ser conhecido, com certeza, como o homem do transitado, porquê? Porque todos os anos nos surpreende com um volume de valor transitado superior ao anterior, quando a gente pensava que isto era quase impossível. Começou nos quatro, passou para os cinco, foi para os seis, vai nos nove, eu não consigo perceber realmente, eu percebo que não fique satisfeito com isto e que quereria fazer muito mais, eu percebo que não fique aliás só o facto de não querer ter apresentado os documentos nesta fase é sintomático do seu não entusiasmo, agora não é compreensível como é que o município no seu todo não consegue concretizar e vai-me dizer, bem, mas são os outros, são sempre os outros, nalgumas coisas o senhor terá razão, e eu também dou a mão à palmatoria nessas questões, agora é demasiado para serem sempre os outros.

Na questão das dívidas ao município aparecem sete ponto nove milhões de euros, faltando ainda os impostos municipais e vou cita-lo: *"…que não foi possível apurar com rigor…",* estamos a falar de impostos municipais de que valor, valor em grandeza, é mil euros? Dez mil euros? Cem mil euros? Não fazem a mínima ideia, eu não percebo, não compreendo, terei que aceitar, mas não compreendo, realmente, como é que hoje, nesta fase, estamos em abril de dois mil e dezanove nós não temos uma noção de grandeza, um valor, já que assumem que não foi possível apurar com rigor, deviam de ter escrito que não foi possível apurar ponto, porque se não fosse possível apurar com rigor os senhores hoje diriam, bem são cem mil euros."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

" A Autoridade Tributária não dá esses dados, Sr. Membro da Assembleia."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"A Autoridade Tributária dará os dados que o senhor conseguir retirar de tudo aquilo que lhe chega, claro!

Depois deixam-se cerca de oitocentos e vinte cinco mil euros de provisões, não se percebe também porque é que se deixou oitocentos e vinte e cinco mil euros de provisões se as dívidas são sete ponto nove milhões de euros, eu estive a fazer contas se era dez por cento, se era onze, se era doze, não percebi, a não ser que estas provisões duvidosas dos tais oitocentos e vinte e cinco mil euros sejam para deixar de ter um saldo positivo de gerência de um ponto dois e se passe a ter um saldo positivo de gerência de um ponto nove, o resultado líquido do exercício. Perguntarão os munícipes, então se nós temos nove milhões de euros transitados para o ano seguinte, se nós temos o resultado líquido de um ponto nove milhões de euros, então porque é que a Câmara não faz a obra que o Carlos Oliveira estava a falar da SFUA e da necessidade da SFUA não ficar com água lá dentro cada vez que chove e outras obras, porque é que não investe? Porque é que não faz obras de cariz próprio e acaba por andar sempre atrás dos Fundos Europeus para fazer determinadas obras e isto não se percebe, da mesma maneira que se nós tivermos dinheiro no banco e lá em casa toda a gente passar fome a vizinha de cima que sabe disto também não percebe. Não é uma questão de gestão, porque a fome põe em risco o resto e põe em risco a imagem depois de quem está nisto tudo, e é isso que muitas vezes é um bocadinho descurado.

Em relação ao IMI já falei não vou voltar a falar nos meus cinco minutos, e duas notas só para quatro ou cinco aspetos que parecem relevantes no âmbito de algumas das iniciativas que são recorrentes na Câmara. Ao nível do apoio ao cidadão deficiente foi realizado um festival num ano, por aquilo que se consegue ler aqui, na prevenção do combate à violência, que já várias vezes falou, ainda na ultima vez a Tânia assim surgiu aqui com estas questões e houve propostas a esse nível, o município colaborou com a SEIES numa proposta de intenções para implementação de uma unidade de atendimento. Se lermos o do ano passado, o relatório do ano anterior genericamente é o mesmo, não sei entretanto o que é que foi feito mais, mas é muito curto.

Conselho Local de Ação Social de Palmela, destaca-se uma candidatura realizada, destaca-se o trabalho e destaca-se o Fórum Social. A única área em que há algumas questões mais ou menos desenvolvidas é o Programa Municipal de Apoio à Pessoa Idosa, mas as atividades são genericamente as mesmas há alguns anos.

Quando eu à bocadinho disse que o documento era muito o mesmo eu fiz um exercício daqueles que costumo fazer de encontrar similitudes entre os documentos e conseguem-se encontrar mais.

Este saldo transitado é um saldo que nos parece demasiado para aquilo que era possível, para aquilo que era o tal erro profissional e depois temos índices de eficácia e de eficiência muito interessantes, o problema é que quem vive no concelho acaba depois por não sentir isso, porque na página duzentos e quarenta e três quando se diz que: *"…da leitura dos indicadores verificam-se a manutenção do seu desempenho ao longo do quadriénio em análise, todos os indicadores com exceção do rácio, entre o investimento estimado e o pago ficaram acima dos oitenta por cento…"*, então porque é que o senhor não diz que este ficou nos sessenta e três ponto quatro por cento se refere que todos os outros ficaram e se nomeia depois ponto a ponto todas as outras percentagens.

Para concluir gostava de fazer as duas perguntas que tenho a fazer e que era relativa à Feira Medieval. Tive ocasião de ler o que aqui se reporta, não é nada que não tenhamos já falado aqui noutros momentos mas penso que seria relevante percebermos em termos da estrutura de despesa da Feira Medieval para o município o que é que isso representa, ou seja quanto custa a Feira Medieval ao município de Palmela?

A outra questão que gostava de levantar era relativamente à Feira de Natal de Palmela. É uma iniciativa que já há dois anos falámos nisso aqui, houve muito mau tempo, etc., etc., as coisas não correram de feição, este ano o tempo melhorou ligeiramente, penso eu, mas daquilo que me é dado a perceber é um investimento cujo retorno me parece muito duvidoso diria assim. Nem tudo o que fazemos tem que ter retorno, as coisas têm que ter também uma determinada escala até porque a economia vive muito disso e podemos dar ao próprio comércio local alguma dinamização, mas não me parece que isso aconteça claramente dentro do Centro Histórico de Palmela e portanto as minhas questões são: Quanto é? Quanto custa ao município a Feira e quanto custa a Feira de Natal ao concelho de Palmela.

Lamento que, ainda hoje, na leitura da Atividade Municipal do concelho nestes três meses eu encontre genericamente as mesmas obras que o ano passado fizeram a manchete do Jornal da Região aquando do documento previsional de dois mil e dezoito. Nós temos, claramente, um défice grande em relação àquilo que propagandeamos não é o que propagandeamos é que divulgamos e depois aquilo que, efetivamente, conseguimos concretizar porque se estivesse hoje aqui, ou se estivesse em dezembro de dois mil e dezoito, o jornal faria genericamente a mesma coisa que fez em dezembro de dois mil e dezassete, porque continuamos no mesmo patamar e, portanto, parece que resvalámos aqui num sabão que não tem nenhum tipo de aderência e que não nos deixa levantar a cabeça de uma forma firme e de uma forma prospetiva, volto a falar do prospetivo, que não vejo nos documentos do município.

Muto obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Outras intervenções, Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra a Bancada do PSD/CDS, Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O Orçamento inicial para dois mil e dezoito que foi aquele que nos foi prometido na altura, não considerando as modificações ao orçamento que existem praticamente todos os meses e que no fundo servem para que o resultado final, a Prestação, fique o mais parecido com o orçamento.

Temos um saldo de gerência final de nove vírgula três milhões, que é o mais alto do quadriénio, seria bom que fossemos uma empresa e nós fossemos acionistas ficávamos todos contentes, mas neste caso estamos a referir-nos a dinheiro que devia ser investido nos cidadãos e no seu bem-estar, isto apenas significa que arrecadamos o dinheiro e a obra não apareceu, quando analisamos melhor os números percebemos isso.

Na receita tivemos mais seis vírgula trinta e um por cento do que o previsto, quarenta e seis milhões e quatrocentos mil euros de receita sem contar com o saldo de gerência devido, principalmente, a desvio nos

imposto diretos, em mais treze vírgula onze e em diretos mais vinte e três, temos mais receita de IRS, mais IMI, mais Derrama, sendo que nas transferências de capital de receita tivemos menos cinco vírgula seis milhões do que o previsto no orçamento inicial de dois mil e dezoito.

Depois na despesa corrente, ficou em linha com o previsto, com o que estava inicialmente previsto, uma pequena diferença, mas nas despesas de capital que é aquilo que significa realmente o investimento ficamos pelos sete ponto quatrocentos e oitenta milhões sendo que tivemos um desvio de seis mil e trezentos milhões ao orçamento inicial, isto significa cinquenta e quatro por cento de execução orçamental.

Na execução das GOP, as mais baixas do quadriénio, oitenta e um virgula seis por cento. Tivemos vinte e três vírgula três milhões menos cinco vírgula três milhões do que estava previsto inicialmente que era de vinte e oito vírgula seiscentos e seis. Um bom índice de execução nas GOP nas funções gerais em linha com o Orçamento mas depois fraquíssimo nas funções sociais menos trinta do que o previsto. Dentro das funções sociais temos menos sessenta e cinco por cento na habitação e urbanismo, menos duzentos e vinte e um na cultura e menos cento e setenta e três por cento no ordenamento do território. Nas funções económicas temos um desvio de menos vinte e seis vírgula setenta e cinco por cento, sendo no comércio e turismo de dez vírgula nove por cento e menos cinquenta e dois por cento nos transportes e comunicações, questionamos aqui onde fica o investimento na rede viária municipal e na rede viária rural.

Temos aqui uns rácios importantes, na página duzentos e quarenta e dois, o rácio de eficácia muito eficaz no recebimento da receita, cento e oito por cento de execução a mais alta do quadriénio, em contra ponto com a eficácia e a despesa paga versus a despesa orçamentada que é de oitenta e sete vírgula cinco a mais baixa do quadriénio. Há uma grande eficácia a receber mas pouca a gastar a favor dos cidadãos e do seu bem-estar.

Algumas questões, e para ser rápido, nas despesas com tecnologia de informação verificamos que no total ficou aquém do orçamentado apesar de haver um crescimento nos custos com comunicações que são aqueles que menos percebemos visto que com a concorrência que existe hoje em dia no setor deveria ter tendência a diminuir, gostávamos de ter alguma explicação.

Depois a nível dos recursos humanos a taxa de absentismo que cresce para doze vírgula dois, sendo que em dois mil e quinze estava em nove vírgula seis, um decréscimo nas ausências com a atividade sindical enorme, já em dois mil e sete tinha ficado mais baixo em relação ao ano anterior e ainda uma diminuição do número de horas de formação, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais intervenções de outras bancadas?

Não, então tem a palavra Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu vou-me deter aqui um bocadinho no relatório do ROC, não vou estar aqui a repetir o que já foi dito ali pelo José Carlos nalguns pontos mas continua aquela sugestão e conselho que já vinha do anterior no que diz respeito à questão do imobilizado e da rede viária e tudo o mais. Não vou aqui repetir porque isso está plasmado no relatório embora o ROC diga aqui que há cerca de um milhão e duzentos mil euros de imobilizado em curso que já reúne as condições para transitar para firme. Depois dá aqui umas opiniões sobre as equivalências patrimoniais nas demonstrações individuais às participações em que se detenha influência significativa, nomeadamente Palmela Desporto e ADREPAL, o método de consolidação integral nas demonstrações consolidadas, nas participadas Palmela Desporto que já se aplica e à ADREPAL, Lda. Depois faz aqui uma referência à ADREPAL que isto é que eu gostava de melhor explicação, no que à ADREPAL diz respeito importa referir que de acordo com a alínea a), depois vem a legislação, estão reunidas as condições para a deliberação da dissolução da sociedade. Note-se que, de acordo com o que diz o artigo trinta e cinco do código das sociedades, uma vez que está perdido mais de metade do capital social esta entidade reúne condições para a sua dissolução ou não sendo dissolvida será necessária a realização pelos sócios de

entradas para reforço da cobertura do capital a que corresponderão cerca de duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e nove euros. Queria saber o que se estava a passar com isto, qual é a opinião deste executivo quanto a este assunto e quanto ao tal problema do imóvel que anda por aí, e à escritura e à prorrogação que deram de cinco anos, eu votei contra se bem se lembram e chamei a atenção para a defesa do interesse publico ou para a ausência dessa defesa na devida altura, e quando leio isto fico assim um bocadinho mais preocupada ainda.

Relativamente aos saldos das garantias e cauções devem ser analisadas em dois mil e dezanove por forma a verificar da sua razoabilidade. Eu, aqui, nas questões das garantias e das cauções e, também, das provisões houve garantias que se estamos a falar de garantias dadas ao município houve garantias que, segundo a informação há tempos do Sr. Presidente, tinham sido acionadas. Depois, também, o caso das provisões, aqui por acaso o relatório ou escapou-me ou eu não consegui ver muito bem, a questão da manutenção das provisões quanto aos processos judiciais, as ações em curso, essa é uma questão.

O saldo a transitar dos nove milhões, também não me entusiasma muito sinceramente. O endividamento total ter sido reduzido, sobretudo por via do pagamento à AMARSUL e à SIMARSUL também já sabíamos. Houve foi alteração, também, de critérios na questão do endividamento e tudo mais, os critérios foram alterados e a comparação, também, não pode ser feita de ano para ano de ânimo leve, também percebo isso, em todo o caso preocupa-me e mesmo que a margem de endividamento utilizado possa ser ainda maior, se nós nas obras que temos em curso, e para azar de algumas das freguesias da periferia, que as obras têm qualquer problema, qualquer atraso, eu sei que isso existe no país, e em várias empresas, mas realmente eu acho que, por vezes, damos um bocadinho o ouro ao bandido, ou não fiscalizamos bem, não sei, é a sensação que o cidadão comum me transmite e há bocado quando o ilustre colega da bancada do PS dizia para nós dizermos nos cafés isto e aquilo, eu digo muita vez, mas o cidadão não consegue compreender como é que uma obra está parada, não é há duas semanas é há mais. A Câmara se calhar sabe há duas, eu já falei nisso aqui há mais de um mês, portanto, não pode ser há duas semanas.

Eu aprecio esta Prestação de Contas tecnicamente. Sim senhora, muito trabalho. Eu acho que o Sr. Presidente tem vontade de trabalhar, mas as coisas têm que começar a funcionar melhor, nomeadamente na questão das obras e nas respostas aos munícipes e tudo mais. Eu estou preocupadíssima com algumas das anotações que este ROC, que é novo e que agora é da Marinha Grande, aqui faz. Continuo muito preocupada e como tal não votaremos favoravelmente esta Prestação de Contas, não porque ela como documento, como informação não seja positiva. E o trabalho que dá a fazer. Mas realmente, não existem condições para que votemos favoravelmente e nem me vou alongar no detalhe dos números que o meu colega aqui já referiu alguns deles. O José Carlos apontou outros e eu, também, não posso deixar de aqui dizer que quando estas Assembleias são ordinárias é para levantarmos aqui as questões. Nós não temos que andar a ler nos jornais, ou aqui, ou ali, se entendermos aqui levantá-las é aqui e temos que ter respostas às nossas questões, não podemos estar aqui duas horas a discutir a Moção do 25 de Abril, e muito bem, e depois termos cinco minutos para fazer as nossas perguntas.

E é tudo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mas, Sra. Membro da Assembleia, alguém a coagiu a ficar com cinco minutos para fazer perguntas?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O Sr. Presidente quando não respondeu às minhas perguntas há pouco, a Sra. Presidente não queria dar tempo para que o Sr. Presidente respondesse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu achei que o Sr. Presidente tinha feito a gestão das respostas..."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O buraco de que falei, essa pergunta também não foi respondida. Quero dizer esta Assembleia é para dar resposta aos assemblantes independentemente dos assuntos serem publicadas nos jornais, de irmos às reuniões de executivo. É este o local para levantarmos as questões que entendermos e teremos que ter as respostas. A não ser que o Sr. Presidente se comprometa depois a dá-las por escrito, caso as não tenha na hora, o que muitas vezes é compreensível, não terá os dados todos com ele."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pois é isso mesmo. Sra. Membro da Assembleia, eu acho que nós, para o bem e para o mal, temos uma prática que não é muito comum, quer dizer, o Sr. Presidente tem, até pelo seu estilo de trabalho, o hábito de responder a todas as questões. Eu acho que, frequentemente, há questões que podem ser respondidas depois, podem ser informadas de outra forma, nós também temos que gerir um bocadinho, se a senhora gastar todo o tempo de que dispõem até formalmente na Assembleia, só a fazer perguntas, é verdade que tem direito fazê-las, mas o Sr. Presidente depois também tem direito de responder."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Claro! Então, estamos de acordo.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu acho que há perguntas que não faz mal nenhum que sejam colocadas por escrito e que tenham respostas mais detalhadas por escrito, acho que não tem sentido termos esse objetivo absolutamente exaustivo de ver respondidas todas as questões independentemente da sua dimensão.

Mas, enfim, são opiniões, vamos continuar então.

Pergunto se há mais alguma intervenção?

Então não havendo dou a palavra ao Sr. Presidente para responder às questões colocadas, às observações que entender."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sobre a Certificação Legal das Contas, em primeiro lugar, referir que o atraso na entrega do documento do ROC não é da responsabilidade dos serviços municipais, eu também só recebi o documento ontem. O ROC reporta diretamente à Assembleia Municipal, não é a nós, o que vamos procurar é junto da empresa levá-los a cumprirem o prazo. Eles só podem fazer este trabalho depois da aprovação em reunião de Câmara, a partir daí é que começam a fazer este trabalho, mas houve aqui tempo e podiam ter entregue isto uns dias antes…"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"O documento vai à reunião de Câmara e já não está aprovado? Não se sabe que é aprovado?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não é uma questão de ser aprovado, desculpem o diálogo não é essa a questão."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem, mas o Sr. Membro da Assembleia é livre de fazer uma interpelação ao ROC porque ele é independente e sobre aquilo que entender.

Aliás, eu acho piada a forma como são geridas aqui algumas questões que são ditas pelo ROC na Certificação Legal de Contas, porque este talvez seja dos relatórios não só mais completo mas até mais favorável ao município, é muito rigoroso escalpelizado e é bastante favorável e elogioso para o município. E no passado, os senhores chegaram a indiciar de que haveria da parte do município com o anterior ROC alguma ligação, algum favorecimento, porque era também o mesmo da Palmela Desporto, quando é um processo de contratação independente, tanto que este ano até deu outro resultado, são ROC's diferentes, mas podiam ser iguais porque é um processo de contratação autónomo por concurso e acho estranho, mas tenho que vos esclarecer e os senhores vão ter que me ouvir sobre esta matéria. Reserva-se o balanço inicial, convido-vos a ler os anteriores, porque é assim em quase todos os relatórios de certificação de contas, porque tudo isto resulta da entrada em vigor do Pocal, em dois mil e dois, e nenhum município, nem nenhum ROC pode dizer coisa diferente que aqui está.

Os registos da contabilidade patrimonial, etc., à época quando se passou para este regime de contabilidade nunca ficaram perfeitos e completos, agora o que nós podemos dizer a Câmara desde essa data é que, a partir daí, todos os registos têm sido efetuados corretamente e o senhor não encontra o contrário disto que eu estou a dizer no relatório do ROC, o senhor e senhora, não encontram pelo contrário. Esta reserva, aliás quero recordar-vos que isto vai para Tribunal de Contas e quero recordar-vos que já constava na Certificação Legal de dois mil e quinze, que não foi objeto de qualquer comentário ou recomendação por parte de Tribunal de Contas. Primeira questão, para a gente perceber o que é também este documento e algumas questões.

Depois, para já há aqui divergências até de metodologia de trabalho no passado também já havia a forma como classificar algumas contas e sempre falámos disso com toda a transparência e são divergências de natureza técnica, não são políticas, é de natureza técnica, ainda assim nessas matérias esta Certificação Legal de Contas vem mais ao encontro daquilo que nós sempre dissemos, mas aquilo que é apresentado, por exemplo, nas páginas cinquenta e três a cinquenta e cinco, como recomendações de melhoria da metodologia, os serviços vão analisar, como sempre fizeram, com todo o detalhe e onde houver divergências contabilísticas que importa identificar e anular teremos que clarificar e anular, quando forem opções metodológicas, umas haveremos de aceitar e outras não. Quando entrar em vigor o novo SNC depois cá estaremos para ver se isto melhora ou piora, porque esta questão da contabilidade, das classificações, das económicas, das orçamentais, depois ir aí a uma estatística e dizer, eh pá, no social é só uma vírgula não sei quê, é porque o pessoal não vai ler o que é que lá diz a rubrica do Pocal, nem sabe o que é que lá diz, quando a gente, também, quiser fazer comentários sobre isto volto a dizer, leiam o Pocal que é para saber o que é que lá se pode classificar e perceber que o social está em mais vinte rubricas que não têm nada que ver com social. Nós, aquilo que até nos possa dar algum trabalho de melhoria etc., estamos disponíveis para aceitar todas estas recomendações e veremos se são adequadas, procedermos também à implementação de algumas delas.

Depois, vamos falar abertamente sobre a questão da ADREPAL Sra. Membro da Assembleia. A ADREPAL, como toda a gente sabe, tinha dívidas que tem vindo a pagar ao ritmo contratualizado, tem tido resultados positivos, desde dois mil e catorze/quinze para cá, e está no bom caminho. Agora, a senhora diz-me, o anterior ROC só dizia, eh pá, vocês deviam pôr aqui umas provisões porque se isto correr mal vocês têm que ter umas provisões. O atual ROC não diz isso, o atual ROC diz se os senhores entenderem que uma empresa que ainda tem estes resultados que ainda há de ter que superar isto, tecnicamente se quiserem podem dissolvê-la. Agora eu pergunto a senhora fala-me em interesse público, se votou contra aquilo votou mal porque não defendeu o interesse público. Não, eu vou-lhe dizer porquê, não estamos aqui para discutir precisamente as diferenças de opiniões e depois alguém nos julgará a ver quem é que tem razão. É que o interesse público foi precisamente contratualizar prazo para pagar as dívidas porque os empréstimos têm a propriedade hipotecada e, portanto, o município não pode correr o risco de perder a propriedade, agora o

que o ROC diz é que ou então em alternativa proceder a um aumento de capital, o município não vai lá meter mais dinheiro nenhum, o município quer é chegar à altura de fazer a escritura e ficar dono, depois se continua a ADREPAL ou não, não faço futurologia, mas eu dispenso a ADREPAL, internalizo tudo, fica tudo, aliás, os investimentos que lá vamos fazer do PRARRÁBIDA, para a cultura, para o turismo, para o património, aquilo tem que ser municipal e nós temos de continuar a gerir esta sociedade no percurso que temos vindo a fazer com resultados positivos, pagar a quem devemos e fazer a escritura, e vamos precisar de mais tempo, discutiremos isso em breve, muito bem. Mas esse é que é o interesse público Sra. Membro da Assembleia, porque de outra forma o capital que o município ao longo de muitos anos lá pôs esvaia-se, valia zero, e nós metemos lá aquele dinheiro para sermos donos daquela propriedade, daqueles imóveis. Solução aumentar capital, sim mas pode ser aumentado o capital com outro parceiro ou com a própria ADREPES que tem realizado capital que ainda não tinha realizado. É um projeto que teve histórias, vicissitudes, problemas no passado, os senhores sabem quais e todos os senhores aplaudiram e achavam que quem vendeu aquilo ao município era o supra sumo e que nos tinha vendido uma arca de ouro, cheia de batatas podres, e o município por interesse naquele património, por defesa do património azulejar, por defesa daquele bem que está no espaço Arrábida não desistiu do projeto e o projeto tem estado a ter viabilidade, demorou foi muito tempo a ver-se livre de outras coisas que lá ficaram ainda de quem nos passou aquele projeto. Isto é um caminho longo que tem sido feito, mas que tem sido feito com rigor, com recuperação financeira e haveremos de discutir, inclusivamente, com as continhas à frente, com os Srs. Membros da Assembleia o caminho que temos que fazer para chegar ao objetivo que é a propriedade vir para o município e depois não precisamos da sociedade para nada para fazer aquilo que lá queremos mas, neste momento, precisamos e penso que já fui claro porque é que temos de continuar este caminho. É um dado, mas que eu queria depois apresentá-lo na altura quando viemos a discutir esse novo prazo. É que, só para ter uma ideia, nestes últimos anos de novecentos mil estamos com duzentos e tal mil euros ainda para pagar ao Banco, é porque houve resultados, é porque houve trabalho de recuperação financeira, é este o caminho que temos fazer que é para fazer a escritura e aquilo é nosso, depois logo discutimos se é para continuarem parceiros, ou sozinhos. O que o ROC diz é puramente técnico, porque há várias soluções.

De resto, a outra referência à Palmela Desporto é uma questão contabilística, está tudo correto, nós faremos e aceitaremos as recomendações que houver, mas não há aí qualquer problema que ponha em causa a certificação, aliás o resumo e as conclusões, para além das recomendações, é que o município teve um bom desempenho financeiro e orçamental resultado de uma gestão eficiente, transparente e rigorosa. Deve de ser algum ROC do PCP, com certeza, se calhar é da Marinha Grande, ah, não, aquilo agora parece que é do PS. Desculpem lá eu também brincar um bocadinho com isto, mas isto requer outro tipo de análise sem prejuízo de nós marcámos aqui a nossa posição e naturalmente, os senhores fazerem o vosso papel, mas não vale a pena é tentar tirar daqui outro tipo de ilações que não aquelas que aqui estão.

Meu caro José Carlos Sousa, dívidas ao município não percebi a sua questão. Quer saber quais são as dívidas ao município e provisões? As provisões para as cobranças duvidosas são calculadas de acordo com maturidade das dívidas, é assim tecnicamente em todo o lado. Aquilo que foi apurado é aquilo que tecnicamente está apurado. Quais são as dívidas, eu vou dizer acho que isto é tudo pedagógico, demoro é um bocadinho mais. Ocupação do solo e subsolo, três vírgula cinco milhões, contencioso com a EDP e Setgás, há muitos anos, já perderam, já perderam várias vezes, continuam com recursos. Loteamentos e obras, setecentos mil euros é daquelas coisas que a gente depois tem lá garantia e a garantia é de um banco que já não sei o quê e das Ilhas Seicheles e outras coisas. Dívida de faturação de água, dois vírgula dois milhões, a senhora sabe como é que são as execuções fiscais e cada processo de execução fiscal a senhora se soubesse, sabe a trabalheira que é, a quantidade de papel para se cobrar cem ou duzentos euros e que, de facto, nenhum tribunal, ninguém quer aquilo para nada, depois prescreve quase tudo, empresas que fecharam, etc., isto são dívidas de muitos anos umas tentamos que não prescrevam outras já prescreveram. Rendas e alugueres, estou-lhe a falar de rendas, quem tem habitações municipais também tem algumas dívidas mas não são essas, refiro-me à renda de concessão da EDP tem esta dívida aqui mas, efetivamente, não é dívida ela passa de um ano para o outro houve aqui uma transição, as rendas de dois mil e dezoito não foram pagas em dois mil e dezoito, estão cá como dívida, mas hão de entrar em dois mil e dezanove e também parte das rendas da SIMARSUL, outras provenientes de coima publicidade que é jogar ao gato e ao rato primeiro põe-se e depois é que se licencia depois não se pode licenciar mas a publicidade já está feita. Escolas, trabalho por conta de particulares seiscentos mil euros, portanto, dá esta módica

quantia. Sabe o que é que o que eu gostava? Era que tivesse a lista publicada no site da autarquia porque, também, como punham a lista das autarquias devedoras e a que empresas e particulares é que cada autarquia deve, também devia ser pública a lista dos devedores e, se calhar, íamos rir um bocadinho aqui com algumas coisas para percebermos até algumas críticas, algumas coisas, de onde é que elas vêm e porquê.

Saldo transitado, Srs. Membros da Assembleia, o saldo transitado está praticamente todo comprometido com verbas que estão a definir nas grandes Opções do Plano, e os senhores sabem disso, e vão perceber que ele é insuficiente para os compromissos que queremos cumprir, em dois mil e dezanove, quando viermos aqui aprovar a Revisão ao Orçamento. Possivelmente a sua bancada votará contra, portanto não nos peça contas sobre obras porque os senhores até nem votaram a favor, mas quero dizer-lhe que estes nove milhões, não é aqui nenhum "Avarento" do Molière, isto não vai chegar para o volume de obras que vamos fazer e vamos ter que contratualizar empréstimos para atingir a totalidade das candidaturas que temos até dois mil e vinte e um.

Execução, pois bem agora deixe-me dar-lhe os meus números, há muitas formas de fazer contas, mas isso de comparar com o Orçamento inicial também me parece que já está um bocadinho fora de moda hão de me dizer como é que é feito noutras autarquias, porque o nosso Orçamento a partir da Revisão é outro orçamento, como é óbvio. Nós temos uma série de obras que já dissemos publicamente que só podem ser lançadas depois da Revisão, mas foi feita muita obra e tenho pena que não tenham lido a relação do número de obras que foram feitas na rede viária, não percebam que os projetos das obras também são investimento, para fazer obras temos que ter projetos, estudos, temos que ter sondagens dos terrenos, tudo isso e quando chegamos a uma obra de quinhentos mil euros já tem cem mil gastos, só nessas coisas. Sobre a execução, os procedimentos, os desvios, os ritmos das obras, vou aqui ler uma coisa, "…*estamos a ter um problema com as empresas que decorre dos efeitos do programa de ajustamento da Troika e que incidiram de uma forma brutal no setor das Obras Públicas e que afetou de sobremaneira a capacidade produtiva instalada. Aquilo que verificamos é que os municípios abrem concursos para a construção de escolas, para a realização de obras de reabilitação, etc., dentro da requalificação do património etc., e muitos ficam vazios…*" eu depois já vos digo quem é um autor *"…existência de concursos que ficam desertos por inexistência de capacidade de oferta, mas a construção queixa-se que os preços base são muito baixos, naturalmente quando a oferta diminui os poucos que estão querem preço e são mais seletivos há que equilibrar o mercado, mas fazem atrasar o ritmo…*", são declarações do Sr. Ministro das Obras e responsável pela execução dos fundos comunitários na sequência do estudo feito, inclusivamente com a Associação Nacional dos Municípios, sobre aquilo que se está a passar no país desta matéria e, portanto, não é uma desculpa de mau executante deste executivo municipal ou de qualquer outro, e sobre as percentagens de execução também vos esclareço já a seguir. Há, de facto, muitos concursos lançados que ficam vazios um pouco por todo o lado, infelizmente, e há dificuldades em encontrar empresas até para coisas pequeninas. Nós quisemos fazer pequenas obras de desmontagem e montagens no período de interrupção letiva, contactamos meia dúzia de empresas para uma obra e não conseguimos, foi uma empresa por favor, por favor, interrompeu uma obra para ir fazer aquele trabalho que era inadiável. Há, de facto, dificuldades e não conseguimos executar mais porque há também outros constrangimentos. Sabe quantas vezes o Tribunal de Contas já nos pediu esclarecimentos sobre a Ribeira da Salgueirinha, quantas vezes já respondemos à mesma coisa? E a última resposta? É que as perguntas já nem são a nós, é ao Ministro do Ambiente, é ao Secretário de Estado é a Agência Portuguesa do Ambiente, há uma semana, uma coisa que já lhes foi respondida e que há um compromisso escrito que existe o dinheiro, que é um problema de publicação da portaria de extensão de encargos, nós temos a obra adjudicada desde o ano passado, Srs. Membros da Assembleia. Bastava essa obra ter começado em setembro e, se calhar, os níveis de execução financeira eram muito mais elevados. Mas, ainda assim, falemos dos níveis de execução. Os senhores dizem que nós somos muito hábeis é em receber, ainda bem que conseguimos executar cento e oito por cento, não errámos muito nas estimativas e também sobre os impostos já falamos, isto é preciso a gente ter aqui a leitura transversal do assunto. Eu quero dizer a vossas excelências, que só aqui na Área Metropolitana de Lisboa, eu não vou falar nos nomes das outras câmaras, que a nossa execução orçamental que foi de oitenta e sete e meio por cento, já fizemos melhor, está mais ou menos em nível, isto depois tem ciclos, é maior do que Oeiras, do que Odivelas, do que Montijo, do que Mafra, do que Amadora, do que Loures, do que Setúbal, do que muitos outros, porque todos os municípios estão com esta dificuldade. Então e na

receita? Bom os que não arrecadaram porque estimaram mal é outra coisa, mas a generalidade dos municípios beneficiou deste contexto de especulação de imobiliário em que aumentou exponencialmente o IMT, só que isto não vai durar sempre. E já que se fala do IMI, aquilo que fizemos e que temos vindo a fazer paulatinamente tem-se revelado correto, porque embora tenha havido mais trezentos e oitenta e cinco mil é inferior à estimativa inicial. O problema é, aquela média que nós somos obrigados a fazer pela média dos anos anteriores e aquilo que efetivamente é recebido, mas nós temos que receber muito mais IMI mesmo baixando a taxa como temos o compromisso todos de o fazer, mas temos de receber mais porque há mais casas e que elas têm que começar a pagar, há mais casas a serem legalizadas e depois de legalizadas tem de começar a pagar. Já agora dizer que vem para aí uma nova avaliação e tem de haver porque as condições alteraram-se, já agora é bom a gente ter aqui uma noção de contexto.

Depois também gostava aqui de chamar a atenção para alguns números. Consolidação da saúde financeira, sim, com esforço, com opções, mas não foi para poupar este dinheiro para tê-lo no banco, este dinheiro não vai ser suficiente para o volume de investimento que temos que fazer e cá estaremos para falar na Revisão.

Redução do passivo de quinze vírgula dois para menos de um vírgula seis. Resultados operacionais positivos mais cento e setenta e cinco vírgula oito por cento do que em dois mil e dezassete, o capital em dívida são os empréstimos que o município tem ao longo de anos e qualquer município tem, aconselho a ver os outros municípios, desce para dez milhões. Dou-lhe só este número que é interessante esta comparação que é feita, se em dois mil e quinze o saldo de gerência era duas vírgula cinco vezes o valor da dívida de curto prazo em dois mil e dezoito o saldo de gerência é seis vírgula duas vezes superior ao valor de curto prazo e não vai ser suficiente para financiar todo o investimento que temos que fazer face a este ano.

Depois há, de facto, desvios na execução já o assumimos por atrasos de obras que não conseguimos pôr na rua, de concursos que ficaram desertos, de concursos que estamos a repetir, nós repetimos o Pavilhão do Poceirão, pela terceira vez. O concurso do Salão Nobre vai ter que ser todo alterado e vai ser lançado agora em maio outra vez, porque não houve empresas. Mas é importante dizer, ainda assim, que as funções sociais que englobam muita coisa, tem um peso de cento e dois vírgula sessenta e oito por cento nas despesas da autarquia, também convém comparar no ranking, do anuário financeiro, o que é que os outros fazem o que é que nós fazemos.

Execução de bens de capital, sessenta e três vírgula quatro por cento, é superior a dois mil e dezassete eu gostava que fosse mais se tivesse mais algumas obras já executadas ou em curso. Mas esta aquisição de bens de capital que tem que ver com investimento, registou um acréscimo de vinte cinco vírgula sete por cento em termos absolutos, é mais de um milhão de euros do que no ano anterior, não deixa de haver aqui crescimento no investimento proporcional também ao aumento do Orçamento.

Indicadores de eficácia, tem uma ligeira deteorização no período em análise por causa da reprogramação das obras mas os outros indicadores de eficiência, produtividade melhoraram muito substancialmente. Não percebo algumas comparações das despesas de pessoal que era antes e depois foi um bocadinho mais e um bocadinho menos, não o senhor foi buscar a aprovação do Orçamento inicial, nós sabemos que o Orçamento real é aquele que leva o saldo do ano anterior e que nos permite contratar pessoas, e que nos permite aumentar e cabimentar as despesas com mais rigor para o ano, essa comparação não me parece acrescentar nada de especial à discussão, tanto mais que nós precisamos de fazer mais despesa com pessoal. Eu não me importava de ter mais despesa com pessoal se os trabalhadores ganhassem mais, se não estivessem estado congelados tanto tempo, e se estamos com o número mais baixo de trabalhadores dos últimos doze anos, oitocentos e oitenta e sete, nós precisamos rapidamente chegar aos novecentos e cinquenta trabalhadores e quando vier a descentralização vamos lá para os mil e trezentos. É importante perceber que, ainda assim, a nossa execução no contexto do país e da região é uma execução positiva, muito acima da média com estes constrangimentos que tivemos. Estão aí, não vou aqui repetir, obras feitas, concluídas, duas escolas ampliadas, requalificadas, logradouros requalificados, parques e espaços de jogo e recreio requalificados estão aí, as obras da rede viária, foi feito muita rede viária não foi feito mais porque duas obras que não vão ser só de rede viária, estou-me a lembrar do Bairro do Pinheiro Grande, é que de uma obra de oitenta mil passamos para duzentos e tal mil, mas ainda bem que vão ficar já com rede de esgotos pluviais e rede de água nova, já que vamos fazer fica tudo bem infraestruturado para o futuro.

Eu creio que foi um ano em que tínhamos a expectativa de executar mais, confesso, mas estes condicionalismos dos vistos do Tribunal de Contas, de concursos desertos, etc., não permitiram ainda dar um salto maior nas percentagens de execução, agora isso não significa que não tenha sido feito muito trabalho e muito trabalho que, às vezes, não tem execução orçamental nestas rubricas e em particular aquilo que tem sido feito por administração direta, onde continuamos a trabalhar um bocado acima das nossas capacidades já no limite e isso só será ultrapassado com esta fase de recrutamento e também de investimento em maquinaria que foi iniciado o ano passado, mas também por processos morosos agora até o *leasing* vai a visto do Tribunal de Contas, nos atrasa os investimentos de compra de novas viaturas de maquinaria etc., que demoram anos. Conseguimos comprar um novo carro para recolha de resíduos, ainda conseguimos comprar dois autocarros novos para substituir, isto é investimento Sras. e Srs. Membros da Assembleia e, felizmente, temos muita obra no terreno neste momento e teremos muito mais a partir de maio, quando pudermos aprovar a Revisão ao Orçamento.

Eu ainda tinha preparada aqui uma intervenção final sobre a matéria, mas penso que já vai longo e preferi tentar responder aqui a uma ou outra questão de pormenor. Permita-me Sra. Presidente, ainda assim, voltar a desmontar aqui duas ou três coisas.

Custos com comunicações, lá está, isto é preciso a gente mergulhar um bocadinho na contabilidade e perceber o que é a rubrica comunicações, atenção que é inferior a dois mil e dezassete, a questão da comparação com o Orçamento inicial lá está, é quando o Orçamento é aprovado não está lá a previsão toda daquilo que vai ser gasto, estamos à espera do saldo para depois dotar no ano seguinte e nesta rubrica, as nossas comunicações, estamos a gastar muito menos do que se gastava em dois mil e doze, para ter uma ideia. De facto houve poupanças, houve concorrência, mas aumenta com a expedição postal por causa das questões das águas, porque há muita gente que, infelizmente, ainda não quer a fatura eletrónica, mas mesmo a eletrónica tem custos e vai também a rubricas como as comunicações, é só para dizer que comunicações não é telefones, só, faço-me entender? Tem muito que ver com notificações, com envios de cartas, com os recibos das águas com essas coisas todas que vai tudo a essa rubrica.

Decréscimo sindical, está explicado nós deixámos de ter um trabalhador que era eleito a tempo inteiro numa estrutura sindical voltou ao município, ainda bem agora trabalha não está entregue à atividade sindical, a explicação é esta. Horas de formação, o número é inferior mas houve muito mais gente a ter formação e a formação foi muito mais específica e especializada e feita de acordo com, portanto, também não se pode tirar daí grandes inferências negativas.

Deixe-me responder a uma questão que, por lapso, não respondi à Dra. Rosa Pinto, questão dos poços etc., etc., nós temos quatro/cinco situações identificadas por denúncias de munícipes, que agradecemos, temos três situações resolvidas porque nos substituímos aos proprietários, mas a primeira medida é a notificação, os outros casos estão na fiscalização. Mais, recentemente, há cerca de um mês foi publicado um edital enfim, combinámos aí uma série de municípios sobre estas coisas porque as responsabilidades são dos particulares mas depois a gente nunca consegue recuperar aquilo que lá estamos a fazer as vedações, as tampas, as horas de trabalho, nunca conseguimos recuperar esse dinheiro e há situações que estão de acesso ao público que nós vamos intervir, outras que estão mesmo nos confins das propriedades privadas, os particulares têm que assumir a sua responsabilidade. É só para lhe dar resposta que estas questões estão devidamente enquadradas. Não quer que fique sem resposta, qual era a outra matéria que eu não terei respondido? A Escola de Cabanas está a andar devagarinho, tem razão, é a mesma empresa que está a terminar a Matos Fortuna, mas devo dizer que na Matos Fortuna as crianças passaram para as salas e reiniciaram o ano letivo já nas suas salas novas e que as coisas estão bem encaminhadas e que se mantém a perspetiva de em junho fazermos a festa de final de ano lá. Cabanas, o plano de segurança foi aprovado, eles fizeram alguns trabalhos, que até são feitos fora dali que há coisas que são feitas fora do local, mas já pedimos para começarem a dar um ar diferente àquilo, não trabalhem só na parte de trás. Acho que estavam a desmontar o pavilhão, o anexo, que é uma zona que vai ser intervencionada, não está ao ritmo que nós queremos, mas o que houver a penalizar a empresa e a multar vamos multar, porque aqui não há razões nenhumas que determinem prorrogação ou suspensão."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM** ausentou-se da sala pelas 01:08 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, Sr. Presidente, excelente desempenho.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma dúvida?

A esta hora não? Vamos votar.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e onze abstenções (oito do PS, uma do MIM e duas do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente a última proposta."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM** retoma participação nos trabalhos pelas 01:11 horas.

PONTO TRÊS – Relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais de edificação; Reqte: Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo; Procº: E-6408/2016; Local: Pinhal Novo.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Trata-se do reconhecimento de relevante interesse público para o Centro Social e Paroquial de Pinhal Novo, por causa de umas obras que pretendem fazer na sua resposta para crianças e centro de atividades de tempos livres. Com este reconhecimento de interesse público é possível isentarmos de taxas que dizem respeito à edificação que ali se pretende levar a cabo, não é isso que estamos a deliberar mas informo que o valor das taxas que já de si tinham outras reduções, importam em mil cento e setenta e seis euros, mas é importante isentar. A área de construção é pequena, aquilo é mais arranjo do espaço exterior, mas vale a pena ainda assim recorrer a este reconhecimento para serem isentos do pagamento destas taxas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Alguma dúvida sobre a proposta?

Não havendo votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pela uma hora e treze minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete